

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD**

<b>SETOR REQUISITANTE:</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
<b>RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:</b>	ISADORA KAMILLA DE ARAÚJO RODRIGUES
<b>OBJETO:</b> Fornecimento de uniformes para o projeto dos Bombeiros Mirins Timon-MA.	
<b>FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:</b> DISPENSA DE LICITAÇÃO LEI Nº 14.133/2021.	

**1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA DEMANDA:**

O Projeto Bombeiros Mirins é uma iniciativa de caráter social, educacional e preventivo, que visa à formação cidadã de crianças e adolescentes do Município de Timon-MA, por meio de atividades pedagógicas, cívicas e de disciplina comunitária, alinhadas à missão do Corpo de Bombeiros Militar.

Considerando a necessidade de padronização visual, segurança, identidade institucional e valorização dos participantes, faz-se imprescindível a aquisição de uniformes completos, a fim de atender ao calendário anual das atividades.

**2. JUSTIFICATIVA:**

A aquisição dos uniformes atende ao disposto no planejamento estratégico municipal e nas diretrizes do Projeto Bombeiros Mirins, garantindo:

- Padronização e identidade visual dos integrantes;
- Fortalecimento da disciplina e espírito de corpo;
- Condições adequadas para o desempenho das atividades externas e formativas;
- Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A demanda possui caráter contínuo e essencial, sendo indispensável para assegurar a execução plena do projeto, de reconhecida relevância social para o Município de Timon.



### 3. REQUISITOS MÍNIMOS DO OBJETO:

O objeto refere-se ao fornecimento de uniformes novos, confeccionados em tecido de primeira qualidade, resistentes e adequados ao uso contínuo, compreendendo:

- Camisetas de manga curta;
- Camiseta ;
- Bonés/gorro;
- Calça
- Cor Vermelha

Cada item deverá respeitar as normas de qualidade e segurança aplicáveis, além da padronização previamente definida pela coordenação do Projeto Bombeiros Mirins.

### 4. QUANTITATIVO ESTIMADO:

A estimativa de quantitativos será definida com base na quantidade de alunos regularmente matriculados no Projeto Bombeiros Mirins, atualmente em torno de 200 participantes.

O quantitativo preliminar estimado é:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT
01	CAMISA DE MANGA CURTA CONFECCIONADA E MALHA FRIA, NA COR VERMELHA, PERSONALIZADA EM SUBLIMAÇÃO (TAMANHOS VARIADOS)	400
02	CAMISA REGATA PARA EDUCAÇÃO FÍSICA CONFECCIONADA EM MALHA FRIA, NA COR VERMELHO, PERSONALIZADA EM SUBLIMAÇÃO (TAMANHOS VARIADOS)	400
03	CALÇA CONFECCIONADO EM TECIDO TACTEL NA COR VEMELHA (TAMANHOS VARIADOS)	400
04	GORRO(BONÉ) NA COR VERMELHA, PERSONALIZADO EM SUBLIMAÇÃO NAS LATERIAS E NA FRENTE	400



## 6. RISCOS DA NÃO CONTRATAÇÃO:

A não contratação do fornecimento dos uniformes acarretará:

- Prejuízo à imagem institucional do projeto e do Município;
- Dificuldades na disciplina e padronização das atividades;
- Comprometimento da motivação e autoestima dos alunos;
- Impacto negativo nos resultados pedagógicos e sociais do programa.

## 7. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

Conforme rubrica da Coordenadora de contabilidade que será devidamente registrada no momento apropriado no processo administrativo.

## 8. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade pública devidamente caracterizada, com estimativa de custos, requisitos técnicos mínimos e alinhamento estratégico, razão pela qual solicita-se o prosseguimento da contratação para o fornecimento de uniformes do Projeto Bombeiros Mirins de Timon-MA, nos termos da legislação vigente.

Submeto Documento de Formalização da Demanda para avaliação e autorização da autoridade competente.

Timon/MA, 18 de agosto de 2025.

*Isadora Kamilla de A. Rodrigues*  
Portaria 0451/2025  
CPF: 054.622.363-01

**ISADORA KAMILLA DE ARAÚJO RODRIGUES**  
Secretária Adjunta Administrativa/SEMED  
Portaria nº 0451/2025-GP

Autorizo em: 18/08/2025

*Ana Cristina de Castro*  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria nº 0458/2025-GP  
CPF: 610.802.091-15

**ANA CRISTINA DE CASTRO**  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria nº 0458/2025-GP



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

Art. 18, I da Lei 14.133/2021

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4757/2025**

**ÓRGÃO SOLICITANTE:** Secretaria Municipal de Educação (SEMED)

**INTERESSADO:** Projeto Bombeiros Mirins

**I - Introdução**

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo analisar os cenários para o atendimento da demanda de uniforme padronizados para os alunos dos Projeto do Bombeiros Mirins de Timon/MA, demonstrar a viabilidade técnica e econômica da solução identificada e fornecer as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação emergencial.

**II - Objeto**

A Secretaria Municipal de Educação de Timon-MA identificou a necessidade de aquisição de uniformes padronizados destinados aos participantes do Projeto Bombeiros Mirins de Timon/MA, programa socioeducativo que visa a formação cidadã, disciplinar e social de crianças e adolescentes do município.

**III - Descrição da necessidade da contratação**

A presente contratação visa atender à necessidade de fornecimento de uniformes padronizados destinados aos participantes do Projeto Bombeiros Mirins de Timon/MA, programa de caráter socioeducativo desenvolvido pelo Município, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar, voltado à formação cidadã, disciplinar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Os uniformes são indispensáveis para:

- Identificação visual e padronização dos integrantes do projeto;
- Reforço da disciplina, hierarquia e espírito de grupo, princípios norteadores das atividades do programa;
- Garantia de segurança e fácil reconhecimento dos jovens durante as atividades externas,



eventos públicos e ações comunitárias;

- Viabilização da continuidade do calendário pedagógico, evitando prejuízos às atividades já programadas.

Portanto, a ausência do fornecimento dos uniformes comprometeria diretamente a execução e os objetivos sociais do projeto, tornando a contratação imprescindível.

#### IV - Previsão da contratação no plano de contratações anual

Contratação pertinente às funções administrativas da unidade contratante oriunda de previsão própria e em consonância com o planejamento financeiro e funcional do órgão	( x )
--	-------

Contratação com fim específico de programa, projeto ou atividade de escopo próprio que representa investimento ou aplicação de recursos para melhoria de público alvo através das funções precípua do ente ou órgão, com previsão orçamentária específica e em consonância com o planejamento financeiro e funcional do órgão.	( )
--	-----

Contratação de despesa não rotineira de caráter específico prevista em plano de contratação anual por meio de orçamento próprio e planejamento financeiro e funcional específico	( )
--	-----

#### V – Requisitos da contratação

##### V.1 – Requisitos técnicos do objeto

O objeto da presente contratação consiste no fornecimento de uniformes completos destinados aos integrantes do Projeto Bombeiros Mirins de Timon/MA, devendo atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

**1. Camisetas com tecido em malha mista de gramatura mínima de 180g/mcor vermelha, com estampa em silk-screen do logotipo do projeto e identificação institucional**

- Tecido: malha mista (poliéster/algodão) de gramatura mínima de 180g/m<sup>2</sup>;
- Cor: vermelha, com estampa em silk-screen do logotipo do projeto e identificação institucional;
- Modelos: manga curta e regata ;
- Tamanhos: Tamanhos variados, conforme lista nominal a ser fornecida pelo



projeto.

**2. Calças**

- Material: tactel de alta resistência;
- Cor: vermelha;
- Modelagem: padrão unissex, com bolsos laterais;
- Tamanhos: variadas à grade informada pela Administração.

**3. Bonés**

- Material: algodão ou misto, estruturado;
- Cor: vermelha;
- Ajustável, com bordado frontal do logotipo do projeto.

**4. Condições Gerais**

- Todos os itens deverão ser novos, de primeiro uso;
- O fornecedor deverá apresentar amostras para aprovação prévia da Administração antes da produção em escala;
- O prazo máximo de entrega será de **30 (trinta) dias corridos** após a emissão da Nota de Empenho;
- Os uniformes deverão manter padrão de qualidade e durabilidade compatível com o uso intensivo em atividades físicas e comunitárias.

**V.2 – Requisitos para prestação dos serviços**

☐ **Entrega**

- O fornecimento deverá ocorrer integralmente, em única remessa, no prazo máximo de **30 (Trinta) dias corridos** a contar da emissão da Nota de Empenho.
- O local de entrega será o no local onde funciona o projeto, em dias e horários previamente definidos pela Administração.

☐ **Garantia da Qualidade**

- Todos os itens deverão ser novos, de primeiro uso, sem defeitos de fabricação.
- Deverão apresentar qualidade compatível com uso frequente e atividades físicas.
- Produtos que não atendam às especificações deverão ser substituídos, às expensas do contratado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após notificação.



☐ **Responsabilidades do Contratado**

- Cumprir integralmente o objeto, dentro do prazo estabelecido.
- Manter condições de habilitação e regularidade fiscal durante toda a execução contratual.
- Garantir a entrega em conformidade com os tamanhos, cores e logotipos definidos pela Administração.
- Responder por quaisquer danos causados à Administração em decorrência de descumprimento contratual.

☐ **Fiscalização e Acompanhamento**

- A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, que registrará em relatório próprio as ocorrências havidas.
- A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com as especificações.

☐ **Penalidades**

- O descumprimento dos prazos, especificações ou demais condições contratuais sujeitará o contratado às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa.

**V.3 – Requisitos de execução do contrato**

A demanda será acompanhada pelo fiscal técnica responsável devidamente capacitada para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, acompanhamento e fiscalização dos serviços.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. Isso significa que a empresa contratada deve ser responsável pela execução integral do objeto do contrato.

Não haverá exigência da garantia da contratação do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. No entanto, o contratado poderá ser responsabilizado por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato.

**VI – Estimativas da quantidade para contratação**

Com base no número de participantes atualmente cadastrados no Projeto Bombeiros Mirins de Timon/MA, foi realizada a estimativa dos quantitativos necessários, conforme a tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade
01	Camisa de manga curta confeccionada em malha fria, cor vermelha,	400



	personalizada em sublimação	
02	Camisa regata para educação física, confeccionada em malha fria, cor vermelha, personalizada em sublimação	400
03	Calça confeccionada em tecido tadel, cor vermelha	400
04	Gorro (boné) cor vermelha, personalizado em sublimação nas laterais e na frente	400
<b>Total de uniformes estimados: 1.600 peças.</b>		

**VII – Análise das alternativas técnicas ao objeto** (levantamento de mercado/modelagem da contratação)

Durante a fase de planejamento, a Administração procedeu ao levantamento de alternativas técnicas para atendimento da demanda, considerando aspectos de viabilidade, economicidade, qualidade e prazo.

**1. Alternativas consideradas:**

- a) **Aquisição direta de tecidos e contratação de mão de obra para confecção interna** – hipótese descartada, pois a Administração não dispõe de estrutura, equipamentos industriais ou equipe de costura para atender ao volume e ao padrão exigido, além de representar risco de atrasos e custos indiretos.
- b) **Doação ou patrocínio de uniformes por terceiros (empresas ou entidades privadas)** – hipótese considerada inviável, dado o risco de descontinuidade, ausência de garantia de qualidade e a necessidade de observância ao princípio da impessoalidade, que impede a vinculação de marcas privadas em programas públicos.
- c) **Aquisição de uniformes prontos, padronizados e personalizados via contratação direta** – solução considerada a mais viável, pois garante a entrega em curto prazo, atende às especificações do projeto, possibilita a padronização visual e se enquadra nos limites de dispensa por valor estabelecidos no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**2. Levantamento de mercado:**

Serão realizadas consultas junto a fornecedores locais e regionais especializados em fornecimento de uniformes escolares e institucionais, para obtenção de orçamentos compatíveis com a média de preços praticados no mercado. O levantamento indicou a existência de diversos fornecedores aptos a atender a demanda, o que assegura a viabilidade da contratação direta por



dispensa de licitação.

### 3. Modelagem da contratação:

Optou-se pela aquisição integral de todos os itens em um único lote, através da contratação direta por dispensa de licitação tendo em vista:

- a necessidade de padronização dos uniformes;
- a simplificação do processo de fiscalização e recebimento;
- a garantia de uniformidade na qualidade e no acabamento dos produtos.

Dessa forma, a alternativa selecionada apresenta-se como a mais eficiente, econômica e segura, permitindo o atendimento tempestivo da necessidade do Projeto Bombeiros Mirins.

## VIII – Impacto Orçamentário

O impacto orçamentário da contratação direta será analisado pela Coordenadora de Contabilidade da SEMED, garantindo a observância dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

## IX – Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na aquisição e fornecimento integral de uniformes padronizados destinados aos participantes do Projeto Bombeiros Mirins de Timon/MA, garantindo identidade visual, disciplina, segurança e pertencimento ao programa.

O fornecimento abrangerá a entrega de peças confeccionadas em tecido adequado para atividades físicas e uso contínuo, devidamente personalizadas com a identidade do projeto e respeitando os padrões de qualidade exigidos pela Administração.

O conjunto de uniformes contemplará:

- Camisas de manga curta em malha fria, cor vermelha, personalizadas em sublimação;
- Camisas regata para atividades de educação física, também em malha fria e personalizadas;
- Calças em tecido tactel, cor vermelha, resistentes e confortáveis;
- Gorros (bonés) vermelhos, personalizados em sublimação nas laterais e frente.

A entrega deverá ser realizada de forma única e integral, mediante apresentação prévia de amostras para validação da Administração, assegurando a padronização visual e a durabilidade



das peças.

A contratação abrangerá a produção, personalização e fornecimento de todos os itens listados, em quantidades previamente dimensionadas de acordo com o número de participantes cadastrados, totalizando 1.600 peças distribuídas entre 400 beneficiários.

Assim, a solução como um todo garante a continuidade das atividades programadas, contribui para o fortalecimento da identidade do projeto e assegura a adequada apresentação dos alunos em eventos, formaturas e atividades externas.

#### **X – Demonstrativo de resultados**

Com a efetivação da contratação para fornecimento de uniformes ao Projeto Bombeiros Mirins de Timon/MA, espera-se alcançar os seguintes resultados:

##### **1. Padronização e Identidade Visual**

- Todos os participantes estarão uniformizados, promovendo maior organização, disciplina e senso de pertencimento ao projeto.

##### **2. Segurança e Reconhecimento**

- A utilização dos uniformes facilitará a identificação dos jovens em atividades externas, eventos oficiais e ações comunitárias, aumentando a segurança e a visibilidade do programa perante a população.

##### **3. Valorização Social e Educacional**

- Os uniformes contribuem para reforçar valores como disciplina, hierarquia, respeito e coletividade, que são pilares do programa socioeducativo.

##### **4. Continuidade das Atividades**

- A entrega tempestiva dos uniformes possibilitará o cumprimento do calendário de atividades planejadas para o exercício, evitando interrupções ou prejuízos pedagógicos.

##### **5. Impacto Comunitário Positivo**

- A imagem padronizada e organizada dos Bombeiros Mirins fortalece a credibilidade do projeto, gera maior engajamento social e fomenta a participação de novos beneficiários.

#### **Resultado esperado em síntese:**

O fornecimento dos uniformes garantirá condições adequadas para o pleno desenvolvimento do Projeto Bombeiros Mirins, promovendo inclusão social, fortalecimento da cidadania e



valorização da juventude de Timon/MA, em consonância com as políticas públicas municipais de educação, esporte e segurança comunitária.

#### **XI – Providências prévias à celebração do contrato**

##### **XI.1 – Fiscalização do contrato:**

Deve ser designado fiscal específico para acompanhamento do contrato como exige o art. 127 da Lei 14.133/2021.

##### **XI.2 – Capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:**

Não requer capacitação específica.

#### **XIII – Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Não existem contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade da contratação desta demanda.

#### **XIV – Análise de Risco**

##### **1. Riscos Identificados:**

<b>Risco</b>	<b>Probabilidade</b>	<b>Impacto</b>	<b>Medida Mitigadora</b>
<b>Atraso na entrega dos uniformes</b>	Média	Alto	Definição clara de prazo contratual; penalidades por atraso; fiscalização contínua.
<b>Fornecimento de produtos fora do padrão</b>	Média	Alto	Exigência de amostras prévias aprovadas pela Administração; substituição obrigatória de itens fora de especificação.
<b>Preço acima do valor de mercado</b>	Baixa	Médio	Levantamento de mercado com pelo menos 3 fornecedores; pesquisa de preços registrada no processo.



<b>Descontinuidade do fornecedor</b>	Baixa	Médio	Verificação da regularidade fiscal e capacidade operacional do fornecedor; cláusula de rescisão e substituição.
<b>Impacto ambiental negativo</b>	Baixa	Baixo	Escolha de fornecedores sustentáveis; orientação sobre descarte adequado; reaproveitamento de peças.
<b>Falha na fiscalização do recebimento</b>	Média	Médio	Designação de servidor responsável pela fiscalização; emissão de relatórios de recebimento e conferência.

## 2. Considerações:

- A identificação e análise dos riscos permitem a prevenção de problemas e asseguram o cumprimento do objeto dentro do prazo e padrão de qualidade.
- Todas as medidas mitigadoras foram consideradas no planejamento do contrato e farão parte das cláusulas do instrumento contratual.

## Resultado Esperado:

Redução significativa da probabilidade de atrasos, falhas de qualidade ou impactos negativos, garantindo que o fornecimento dos uniformes atenda plenamente à necessidade do Projeto Bombeiros Mirins, de forma eficiente e segura.

## XV – Impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

A aquisição de uniformes confeccionados em tecido industrializado pode gerar alguns impactos ambientais, especialmente relacionados ao ciclo produtivo têxtil e ao descarte futuro das peças. Entre os principais, destacam-se:

### 1. Impactos Potenciais:

- Consumo de recursos naturais (água, energia e fibras têxteis) no processo de fabricação;
- Geração de resíduos sólidos e efluentes industriais durante a confecção e tingimento dos tecidos;
- Emissão de gases de efeito estufa no transporte e logística;
- Descarte inadequado dos uniformes ao final de sua vida útil.



## 2. Medidas Mitigadoras:

- Preferência por fornecedores que adotem práticas sustentáveis, como uso de tecidos recicláveis, fibras de menor impacto ambiental ou certificações ambientais (quando disponíveis);
- Incentivo ao uso prolongado e reaproveitamento das peças, mediante conservação e manutenção adequada;
- Orientação aos beneficiários quanto ao descarte ambientalmente adequado das peças ao final de sua vida útil (reaproveitamento em oficinas sociais ou encaminhamento para reciclagem têxtil, quando possível);
- Planejamento de aquisição de quantitativos compatíveis com a real necessidade, evitando desperdício de recursos e estoques ociosos.

Assim, a Administração demonstra a preocupação com a sustentabilidade da contratação, em consonância com o disposto no art. 25 da **Lei nº 14.133/2021**, assegurando que a solução atenda à demanda social sem desconsiderar os princípios de responsabilidade ambiental

## **XVI – Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (Declaração de viabilidade)**

Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução mostra-se **VIÁVEL** tecnicamente e necessária. Os serviços podem ser adquiridos/contratados por Dispensa de Licitação, de forma emergencial, de acordo com o art. 75, inciso II da Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2001, sendo a contratação por valor global.

## **XVII – Conclusão**

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação para o fornecimento de uniformes do Projeto Bombeiros Mirins de Timon/MA é necessária, viável e estratégica, atendendo às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

A análise técnica demonstrou que:

- A solução escolhida (aquisição direta de uniformes prontos e padronizados) é a mais eficiente, econômica e segura;
- Os uniformes garantem padronização, segurança, identidade visual e valorização social



dos participantes;

- Foram identificados os principais riscos da contratação, com medidas mitigadoras definidas para minimizar atrasos, falhas de qualidade e impactos ambientais;
- A estimativa de quantidade e custo está alinhada com o levantamento de mercado, garantindo economicidade e legalidade;
- As medidas de sustentabilidade foram consideradas, promovendo responsabilidade ambiental.

Diante disso, recomenda-se a contratação por dispensa de licitação, conforme art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, assegurando o atendimento imediato das necessidades do Projeto Bombeiros Mirins, a continuidade das atividades programadas e a promoção de benefícios sociais e educacionais à comunidade.

Timon (MA), 20 de agosto de 2025.

  
Isadora Kamilla de A. Rodrigues  
Portaria 0451/2025  
CPF: 054.622.363-01

**ISADORA KAMILLA DE ARAÚJO RODRIGUES**  
Secretária Adjunta Administrativa/SEMED  
Portaria nº 0451/2025-GP

  
Ana Cristina de Castro  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria Nº 0458/2025-GP  
CPF: 610.802.091-15

**ANA CRISTINA DE CASTRO**  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria nº 0458/2025-GP



**SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO**

Ao Representante Legal  
Prezado(a) Senhor(a),

Por meio deste, solicito a apresentação de orçamento para O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA O PROJETO BOMBEIROS MIRINS TIMON-MA, em conformidade com a descrição da tabela em anexo.

As informações necessárias e/ou esclarecimentos deverão ser enviados através do e-mail: [setordecompras2025semed@gmail.com](mailto:setordecompras2025semed@gmail.com).

Solicitamos ainda que o orçamento seja enviado no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, para o endereço eletrônico acima citado, ou entregue no Setor de Compras da SEMED, localizado à Rua Maria Carlos da Silva, s/n – Parque Piauí, Timon-MA.

No orçamento deverá constar:

Empresa/Razão Social:

CNPJ:

Endereço Completo:

Fone:

e-mail:

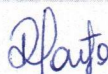
Prazo de Validade da Proposta: não inferior a 90 (noventa) dias.

Prazo de Entrega dos Produtos:

Obs.: Nos preços já deverão estar inclusos os tributos e despesas com frete.

Timon (MA), 21 de agosto de 2025

Atenciosamente,



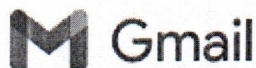
**REGIA MARIA BEZERRA COUTO**  
Coordenador do Setor de Compras - SEMED  
Portaria nº 0612/2025-GP



**ITENS A SEREM COTADOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CAMISA DE MANGA CURTA CONFECCIONADA EM MALHA FRIA, NA COR VERMELHA, PERSONALIZADA EM SUBLIMAÇÃO	UND	400	--	--
02	CAMISA REGATA PARA EDUCAÇÃO FÍSICA CONFECCIONADA EM MALHA FRIA, NA COR VERMELHA, PERSONALIZADA EM SUBLIMAÇÃO	UND	400	--	--
03	CALÇA CONFECCIONADO EM TECIDO TACEL, NA COR VERMELHA	UND	400	--	--
04	GORRO(BONÉ) NA COR VERMELHA, PERSONALIZADO EM SUBLIMAÇÃO NAS LATERAIS E NA FRENTE	UND	400	--	--





SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt;

**SOLICITAÇÃO D ORÇAMENTO PROJETO BOMBEIROS MIRINS TIMON-MA**

2 mensagens

**SETOR DE COMPRAS** <setordecompras2025semed@gmail.com>

21 de agosto de 2025 às 15:34

Para: leideidaianavendas@gmail.com

BOA TARDE!!!

SEGUE ANEXO SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO DE FARDAMENTO PARA OS BOMBEIROS MIRIM TIMON- MA

ATENCIOSAMENTE ,

SETOR DE COMPRAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

**SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO FARDA BOMBEIRO MIRIM\_0001.pdf**

527K

**leide** <leideidaianavendas@gmail.com>

25 de agosto de 2025 às 16:43

Para: SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt;

Boa tarde,

Segue orçamento conforme solicitado.

Leide Pereira.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**bombeiro mirim timon.docx**

31K





SETOR DE COMPRAS <setordecompras2025semed@gmail.com>

---

## orçamento assinado

1 mensagem

leide <leideidaianavendas@gmail.com>

1 de setembro de 2025 às 12:51

Para: SETOR DE COMPRAS <setordecompras2025semed@gmail.com>

Bom dia.  
Segue orçamento assinado.

---

 leide.pdf  
24K





## ORÇAMENTO

CLIENTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE TIMON

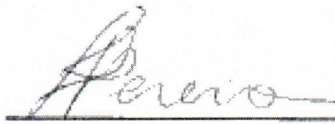
Valores à saber: Fardamento Bombeiro Mirim

PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	QUANT.	TOTAL
Camisa vermelha de malha manga curta com personalização	31,00	400	R\$ 12.400,00
Camisa vermelha sem manga com personalização	30,00	400	R\$ 12.000,00
Calça de tactel vermelha	64,00	400	R\$ 25.600,00
Boné personalizado vermelho	34,00	400	R\$ 13.600,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 63.600,00</b>

Prazo de entrega: 90 dias úteis, após aprovação do layout e pagamento da entrada.

Pagamento: a combinar

\_\_\_\_\_  
Cliente:

  
\_\_\_\_\_  
Leide Pereira

Teresina (PI), 01 de setembro de 2025.





SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt;

**SOLICITAÇÃO D ORÇAMENTO PROJETO BOMBEIROS MIRINS TIMON-MA**

2 mensagens

**SETOR DE COMPRAS** <setordecompras2025semed@gmail.com>  
Para: andreafrancap@hotmail.com

21 de agosto de 2025 às 15:35

BOA TARDE!!!

SEGUE ANEXO SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO DE FARDAMENTO PARA OS BOMBEIROS MIRINS TIMON-MA

ATENCIOSAMENTE ,

SETOR DE COMPRAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

**SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO FARDA BOMBEIRO MIRIM\_0001.pdf**  
527K**SETOR DE COMPRAS** <setordecompras2025semed@gmail.com>  
Para: ateliedudatuca@gmail.com

25 de agosto de 2025 às 15:54

BOA TARDE!!!

SEGUE ANEXO SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO DE FARDAMENTO PARA OS BOMBEIROS MIRINS TIMON-MA

ATENCIOSAMENTE ,

SETOR DE COMPRAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

**SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO FARDA BOMBEIRO MIRIM\_0001.pdf**  
527K





SETOR DE COMPRAS <setordecompras2025semed@gmail.com>

---

## orçamento assinado

1 mensagem

Dudatuca Atelie <ateliedudatuca@gmail.com>

1 de setembro de 2025 às 13:01

Para: SETOR DE COMPRAS <setordecompras2025semed@gmail.com>

Bom dia !

Segue em anexo o orçamento assinado digitalmente.

Att

Andreia França



ORCAMENTO\_BOM\_MIRIM.pdf

184K



**DUDA TUCA ATELIÊ**

Andreia França de Paula - CNPJ: 51.635.096/0001-03

Rua Henrique Pereira de Sousa, 965 – Parque Piauí

Timon – MA CEP:65636-300

25 de agosto de 2025.

PARA: Secretaria Municipal de Educação - SEMED  
PROJETO BOMBEIROS MIRINS TIMON-MA

**PROPOSTA DE PREÇO**

A Empresa **DUDA TUCA ATELIÊ** vem apresentar proposta comercial para fornecimento dos materiais abaixo especificados, conforme solicitado:

ORD	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	V.UNIT	V.TOTAL
1	CAMISA DE MANGA CURTA CONFECCIONADA EM MALHA FRIA, NA COR VERMELHA, PERSONALIZADA EM SUBLIMAÇÃO	UND	400	29,00	11.600,00
2	CAMISA REGATA PARA EDUCAÇÃO FÍSICA CONFECCIONADA EM MALHA FRIA, NA COR VERMELHA, PERSONALIZADA EM SUBLIMAÇÃO	UND	400	26,00	10.400,00
3	CALÇA CONFECIONADO EM TECIDO TACTEL, NA COR VERMELHA	UND	400	59,50	23.800,00
4	GORRO (BONÉ) NA COR VERMELHA, PERSONALIZADO EM SUBLIMAÇÃO NAS LATERAIS E NA FRENTE	UND	400	30,00	12.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>57.800,00</b>

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA – R\$ 57,800,00**  
**(Cinquenta e sete mil e oitocentos reais)**

Condições gerais:

Validade da proposta: 90 dias

Prazo de Entrega: A combinar

Local de Entrega: A combinar

CONTATO:

ANDREIA FRANÇA

86 999522083

ateliedudatuca@gmail.com

gov.br

Documento assinado digitalmente

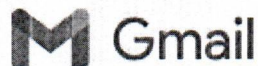
ANDREIA FRANÇA DE PAULA

Data: 01/09/2025 00:36:20-0300

Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Andreia França de Paula  
Duda Tuca Ateliê





SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt;

**SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PROJETO BOMBEIROS MIRINS TIMON-MA**

2 mensagens

**SETOR DE COMPRAS** <setordecompras2025semed@gmail.com>

21 de agosto de 2025 às 15:37

Para: silmavendas01@gmail.com

BOA TARDE!!!

SEGUE ANEXO SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO DE FARDAMENTO PARA OS BOMBEIROS MIRINS TIMON-MA

ATENCIOSAMENTE ,

SETOR DE COMPRAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

**SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO FARDA BOMBEIRO MIRIM\_0001.pdf**

527K

**silmara** <silmavendas01@gmail.com>

25 de agosto de 2025 às 16:46

Para: SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt;

Boa tarde .

Em anexo segue nosso orçamento.

att

Silmara

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**departamento comercial - timon bombeiro mirim.docx**

32K





SETOR DE COMPRAS <setordecompras2025semed@gmail.com>

---

## orcamento assinado

1 mensagem

---

**silmara** <sil mavendas01@gmail.com>

1 de setembro de 2025 às 12:54

Para: SETOR DE COMPRAS <setordecompras2025semed@gmail.com>

Bom dia!  
Segue orçamento assinado.

---

 **silmara.pdf**  
25K





LOJA VIANA LTDA

Rua Côrdo Rodrigues, 1038 - Bairro Centro  
CNPJ: 69.614.287/0001-46

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 26  
RUBRICA

A  
SEMED DE TIMON-MA  
PROJETO BOMBEIRO MIRIM

## ORÇAMENTO

Item	Quant.	valor und	Especificação	VALOR TOTAL
01	400	30,90	Camisa vermelha de malha manga curta com personalização	R\$ 12.360,00
02	400	29,90	Camisa vermelha sem manga com personalização	R\$ 11.960,00
03	400	62,90	Calça de tãctel vermelha	R\$ 25.160,00
04	400	32,90	Bonê personalizado vermelho	R\$ 13.160,00

TOTAL R\$ 62.640,00

- Forma de pagamento a combinar
- Validade da proposta 90 dias
- Entrega 30 dias após a confirmação do pedido

Teresina 25 de agosto de 2025.

Silmara Sampaio  
VENDEDORA : SILMARA SAMPAIO  
Email: silmavendas01@gmail.com  
Whatsapp: 86 8897-4476



Modalidade Sugerida: **CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo Administrativo Nº 4757/2025

Origem: **Secretaria Municipal de Educação-SEMED**

OBJETO: O fornecimento de uniformes para O Projeto Bombeiros Mirins Timon-MA.

## **JUSTIFICATIVA**

(Dispensa de Licitação: art. 75, inc. II da Lei nº 14.133/2021)

### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Fornecimento de uniformes para o Projeto Bombeiros Mirins – Município de Timon/MA, por meio de Dispensa de Licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

### **2. CONTEXTUALIZAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA**

O Projeto Bombeiros Mirins, executado pelo Município de Timon/MA em parceria com o Corpo de Bombeiros, tem por objetivo a formação cidadã, educacional e social de crianças e adolescentes, mediante atividades pedagógicas e comunitárias.

Para garantir a plena execução das atividades previstas, torna-se indispensável o fornecimento de uniformes padronizados, pois asseguram padronização visual e identidade institucional do projeto, Promovem a disciplina, integração e valorização pedagógica dos alunos, favorecem a segurança e rápida identificação dos participantes em atividades externas e são condição essencial para a continuidade imediata das ações do calendário escolar e comunitário.

O valor estimado da contratação encontra-se dentro do limite legal previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o que autoriza a utilização da dispensa de licitação por pequeno valor. Ressalta-se que não há fracionamento de despesa, sendo esta a totalidade do objeto demandado para atendimento ao projeto.

Adicionalmente, foram realizados levantamentos de preços junto ao mercado, cujos resultados confirmam a adequação e economicidade dos valores estimados, em conformidade com os princípios da eficiência, legalidade e interesse público.



### 3. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O artigo 75 da Lei nº 14.133/2021 prevê as hipóteses em que a licitação é dispensável, possibilitando à Administração a contratação direta, desde que devidamente justificada nos autos.

Com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta é permitida quando o valor estimado para serviços de engenharia for inferior a R\$ 100.000,00 ou, no caso de outros serviços e compras, inferior a R\$ 50.000,00 (atualizados monetariamente conforme o inciso I do §1º do art. 75). Considerando o Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, que atualizou o valor estabelecido no inciso II, para R\$ 62.725,59 (Sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos) do art. 75 da Lei 14.133/2021 ainda que o custo estimado da contratação do fardamento do bombeiro mirim se enquadra nesse limite legal, é cabível a dispensa de licitação por valor.

### 4. CONCLUSÃO

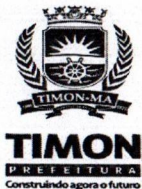
Diante do exposto, a contratação direta de empresa especializada para o fornecimento de uniformes destinados ao Projeto Bombeiros Mirins de Timon/MA, garantindo a continuidade das atividades socioeducativas e o atendimento adequado às crianças e adolescentes beneficiários, além de atender às exigências legais da nova Lei de Licitações.

Timon/MA, 25 de agosto de 2025.

*Isadora Kamilla de A. Rodrigues*  
Portaria 0451/2025  
CPF: 054.622.363-01

**ISADORA KAMILLA DE ARAÚJO RODRIGUES**  
Secretária Adjunta Administrativa/SEMED  
Portaria nº 0451/2025-GP





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

ANEXO I: TABELA DE ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

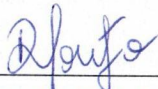
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04757/2025 - SEMED

OBJETO: Fornecimento de uniformes para o Projeto Bombeiros Mirins Timon-MA.

EMPRESAS: 01 - M V Vieira Pereira Ltda (Farda Mais Uniformes) CNPJ Nº 59.595.908/0001-38; 02 - Andreia Franca de Paula(Duda Tuca Atelie) CNPJ Nº51.635.096/0001-03; 03 - Loja Viana Ltda CNPJ Nº 69.614.287/0001-46; .

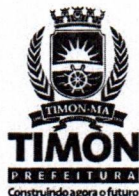
ITEM	FARDAMENTO BOMBEIRO MIRIM	UND	QTDE	EMPRESAS			VALOR UNIT.	VALOR TOTAL MÉDIO
				01	02	3		
1	CAMISA DE MANGA CURTA CONFECCIONADA EM MALHA FRIA	UND	400	R\$ 31,00	R\$ 29,00	R\$ 30,90	R\$ 30,30	R\$ 12.120,00
2	CAMISA REGATA PARA EDUCAÇÃO FISICA	UND	400	R\$ 30,00	R\$ 26,00	R\$ 29,90	R\$ 28,63	R\$ 11.453,33
3	CALÇA TACTEL	UND	400	R\$ 64,00	R\$ 59,50	R\$ 62,90	R\$ 62,13	R\$ 24.853,33
4	GORRO(BONÉ)	UND	400	R\$ 34,00	R\$ 30,00	R\$ 32,90	R\$ 32,30	R\$ 12.920,00
VALOR TOTAL ESTIMADO: Sessenta e um mil e trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos)								R\$ 61.346,67

Timon - MA, 02 de setembro de 2025.

  
REGIA MARIA BEZERRA COUTO  
Coordenadora do Setor de Compras - SEMED  
Portaria nº 0612/2025-GP

PROC. Nº 4457/25  
FLS. 28  
RUBRICA





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 29  
RUBRICA

**MEMORANDO Nº 007/2025 – SETOR DE COMPRAS – SEMED**

**DO:** COORDENADOR DO SETOR DE COMPRAS - SEMED

**PARA:** SUPERVISOR DO SETOR DE CONTABILIDADE – SEMED

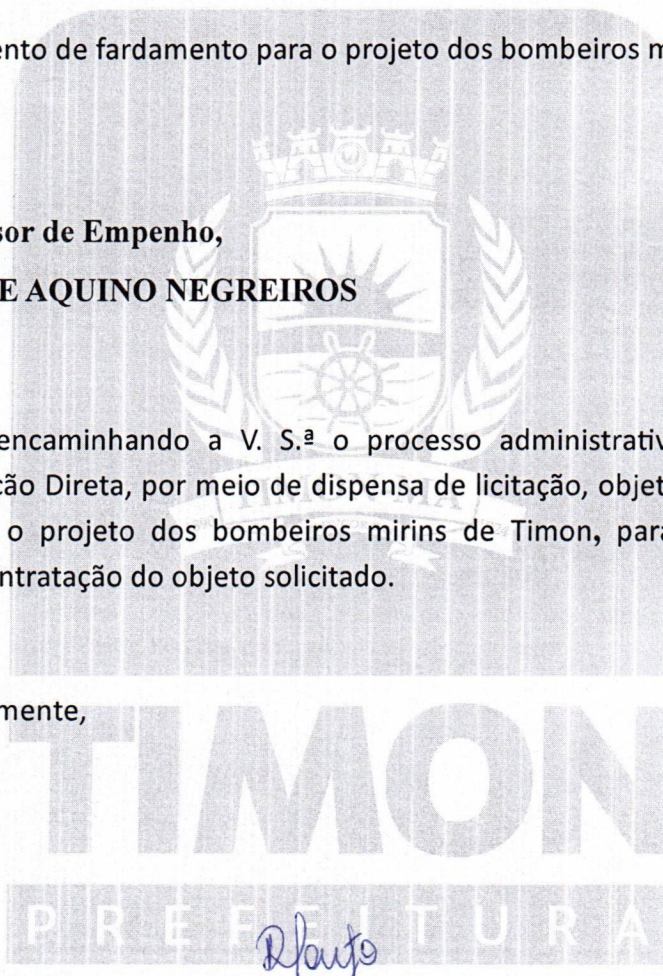
Timon (MA), 02 de setembro de 2025

**ASSUNTO:** Fornecimento de fardamento para o projeto dos bombeiros mirins de Timon

**Prezado Sr. Supervisor de Empenho,**  
**AIRES COELHO DE AQUINO NEGREIROS**

Estamos encaminhando a V. S.<sup>a</sup> o processo administrativo nº 4757/2025, que ensejará na Contratação Direta, por meio de dispensa de licitação, objetivando a Fornecimento de fardamento para o projeto dos bombeiros mirins de Timon, para emissão de Dotação Orçamentária para contratação do objeto solicitado.

Atenciosamente,



**REGIA MARIA BEZERRA COUTO**  
Coordenador do Setor de Compras - SEMED  
Portaria nº 0612/2025-GP





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 30  
RUBRICA OK

**MEMORANDO Nº 079/2025 – COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE – 2025**

**Ilma. Régia Maria Bezerra Couto**  
Coordenadora do Setor de Compras – SEMED

**Assunto: Dotação Orçamentária para o fornecimento de uniformes padronizados destinados aos participantes do Projeto Bombeiros Mirins- Timon-MA**

Ao tempo que cumprimento Vossa Senhoria, venho por meio deste informar quanto a dotação orçamentária conforme solicitação.

**Fonte de Recurso: PRÓPRIO -500**

**(1) Funcional Programática:** 12.361.1014.2221.000 – Distribuição de material didático e fardamento fundamental

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.32.00 – material , bem ou serviço de distribuição

Existe dotação orçamentária disponível conforme a LOA, LDO e PPA.

Sem mais para o momento.

Timon, 02 de setembro de 2025.

Aires Coelho de Aquino Negreiros

Supervisor de Empenhos

CPF: 470.378.653-20 CRC: 6754 PI



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04757/2025 – SEMED**

**ÓRGÃO SOLICITANTE:** Secretaria Municipal de Educação (SEMED)

**INTERESSADO:** Projeto dos Bombeiros Mirins de Timon/MA

**1. OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de **uniformes padronizados** destinados ao **Projeto Bombeiros Mirins – Timon/MA**, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o Corpo de Bombeiros, garantindo identidade visual, padronização e conforto aos participantes do programa.

A padronização dos uniformes é fundamental para reforçar a disciplina, organização, sentimento de pertencimento e a valorização da imagem institucional do projeto, que atua na formação cívica, educacional e social de crianças e adolescentes do município.

**2. DESCRIÇÃO DETALHADA E QUANTITATIVO ESTIMADO.**

O fornecimento compreenderá a confecção e entrega de uniformes completos, compostos por camisas, calças e bonés, devidamente personalizados com a identidade visual do Projeto **Bombeiros Mirins – Timon/MA**. Os uniformes deverão ser confeccionados em materiais de primeira qualidade, resistentes ao uso contínuo.

Os itens a serem fornecidos seguem detalhados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
01	Camisa de manga curta	400 unid.	Confeccionada em malha fria (100% poliéster), cor vermelha, gola careca, costuras reforçadas, personalização em sublimação de alta definição (logomarca do Projeto Bombeiros Mirins) ( Tamanhos Variados)
02	Camisa regata para Educação Física	400 unid.	Confeccionada em malha fria (100% poliéster), cor vermelha, acabamento em viés, personalizada em sublimação (frente e costas com logomarca)(Tamanhos Variados)
03	Calça em tacetel	400 unid.	Confeccionada em tecido tacetel (100% poliéster), cor vermelha, elástico na cintura com cordão de ajuste, bolsos laterais, costura dupla reforçada.(Tamanhos Variados )
04	Boné (gorro tipo aba curva)	400 unid.	Confeccionado em microfibra, cor vermelha, regulagem traseira, personalização em



			sublimação na frente e laterais (logomarca do Projeto Bombeiros Mirins e brasão do Município).(tamanho ajustável)
--	--	--	---

Todos os uniformes deverão ter padronização cromática uniforme (vermelho bombeiro) e personalização conforme arte fornecida pela Administração.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**, que estabelece normas gerais para licitações e contratações no âmbito da Administração Pública.

Em especial, a contratação observa:

- **Art. 11** – que estabelece o dever da Administração em realizar contratações que assegurem o atendimento do interesse público;
- **Art. 18, inciso VIII** – que trata do planejamento das contratações públicas, incluindo a elaboração do Termo de Referência como instrumento indispensável;
- **Art. 75, inciso II** – que autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, para compras e outros serviços de pequeno valor, desde que respeitados os limites previstos em lei;
- **Arts. 89 a 92** – que regulam os contratos administrativos, suas formalizações e execução.

#### E na Constituição Federal de 8 de outubro de 1988

- **Art. 5º** – que dispõe sobre os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, economicidade, planejamento, transparência e eficácia;

A aquisição de uniformes para o **Projeto Bombeiros Mirins – Timon/MA** justifica-se pela necessidade de:

1. Padronização e identidade visual do projeto, assegurando disciplina, organização e valorização institucional;
2. Segurança e pertencimento dos participantes, que passam a ser facilmente identificados em atividades escolares, comunitárias e institucionais;
3. Condições adequadas de participação nas atividades educativas, esportivas e sociais promovidas pelo projeto;
4. Atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Educação, no cumprimento de suas atribuições legais de promoção da educação e desenvolvimento social;
5. Cumprimento dos princípios constitucionais da Administração Pública, em especial a eficiência e a economicidade, uma vez que o planejamento da contratação busca garantir o melhor custo-benefício para o Município.

Assim, a contratação é legalmente amparada, necessária e plenamente justificada, atendendo ao interesse público e assegurando a continuidade e fortalecimento das atividades do Projeto Bombeiros Mirins, que desempenha relevante papel social e educacional junto às crianças e adolescentes do município de Timon/MA.



#### 4. SECRETARIA REQUISITANTE

A presente contratação será destinada a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, com o Projeto dos Bombeiros Mirins de Timon/MA

#### 5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO.

##### Habilitação

Ficam estabelecidos como requisitos de habilitação e qualificação mínima necessários, com amparo nos Artigos 66, 68 e 70, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021:

##### Habilitação Jurídica

- Contrato Social ou Aditivo consolidado.
- O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto (preferencialmente RG e/ou CPF).

##### Habilitação Fiscal e Trabalhista

- Comprovante de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Certidão de regularidade fiscal e tributária junto à Fazenda Federal (União);
- Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa dos Tributos Estaduais e a Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa do Estado, emitida(s) pela Secretaria da Fazenda Estadual, onde a empresa for sediada;
- Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa dos Tributos Municipais e a Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa do Município, emitida(s) pela Secretaria da Fazenda Municipal, onde a empresa for sediada;
- Certidão de regularidade de débitos trabalhistas;

#### 6. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO.

##### Condições Especiais de Habilitação:

Não são necessárias condições especiais de habilitação.

##### Condições Especiais de Contratação:

Não são necessárias condições especiais de Contratação.

#### 7. MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

##### OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Emitir Nota de Empenho;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo por intermédio da Comissão de Fiscalização, que deverá verificar se os serviços estão sendo prestados em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas neste instrumento e na Proposta de Preços da **CONTRATADA**;
- Disponibilizar à **CONTRATADA** a 'Relação de Escolares' que irão utilizar os serviços de transporte escolar, contendo nome, data de nascimento e telefone, cabendo a **CONTRATADA** entregar ao Condutor e manter a Relação atualizada dentro do veículo;
- Atestar os documentos fiscais pertinentes;



- Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação dos serviços;
- prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA**;
- propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;
- fiscalizar para que, durante a validade do Contrato Administrativo, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:
- Prestar os serviços para de confecção personalizados dos itens, objeto desta contratação;
- Designar preposto e apresentar relação com endereços físico e eletrônico (e-mail), telefones, fac-símiles, nomes dos responsáveis;
- Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato Administrativo;
- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- Relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços licitados;
- Providenciar toda a documentação solicitada para fins de instrução do processo de pagamento, devidamente atualizados.
- Manter, durante a vigência do Contrato Administrativo, enquanto condição para futuras e eventuais contratações, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO.**

A execução do objeto deverá observar as seguintes condições:

**1. Entrega e Local**

- A entrega dos uniformes deverá ser realizada de forma integral e única, salvo disposição diversa previamente acordada com a Administração;
- O local de entrega será o endereço do projeto ou outro endereço indicado oficialmente pela Administração;
- O prazo máximo para entrega será de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de fornecimento.



## 2. Responsabilidade da Contratada

- A contratada deverá garantir que todos os uniformes sejam confeccionados de acordo com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência;
- Todos os custos relativos à confecção, personalização, embalagem, transporte e entrega dos materiais correrão por conta da contratada;
- Será de inteira responsabilidade da contratada a substituição imediata de itens entregues com defeitos de fabricação, avarias ou divergência de padrões especificados, sem ônus adicional para a Administração.

## 3. Padrão de Qualidade

- Todos os uniformes deverão ser novos, de primeira qualidade, sem uso anterior;
- A personalização deverá ser realizada em sublimação de alta definição, garantindo resistência ao desgaste;
- As costuras deverão ser reforçadas, assegurando durabilidade e conforto ao usuário;
- O controle de qualidade é de responsabilidade da contratada, devendo ser adotadas medidas para evitar variação de tonalidade entre os lotes.

## 4. Aceite e Recebimento

- O recebimento dos uniformes ocorrerá em duas etapas:
  - a) Recebimento provisório, com conferência quantitativa e qualitativa;
  - b) Recebimento definitivo, mediante inspeção técnica do material e emissão de termo de aceite pelo fiscal do contrato.

## 9. GESTÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei 14.133/21, e do Art. 5º e 6º do Decreto nº 10.663/2023.

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art.22, VI);

A verificação da adequação da execução dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

- A conformidade do serviço a ser executado deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas



quantidades e especificações técnicas, tais como: rotas executadas, km rodados, turno, quantidade de alunos e outras características.

O fiscal administrativo do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.

- O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- O fiscal do contrato deve comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstemos fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei 14.133.

O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/21.

Fica designado como **FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO**, o servidor nomeado e indicado por meio de portaria, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7 da Lei federal nº 14.133/21:

Fica designado como **FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO**, o servidor nomeado e indicado por meio de portaria, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7 da Lei federal nº 14.133/21:



Fica designado como **GESTOR DE CONTRATO**, coordenando, controlando e avaliando a execução do mesmo no decorrer de todo o seu período de vigência:

A fiscalização que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

#### 10. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência a partir da sua assinatura até 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado conforme necessidade e autorização prévia da Administração na forma do art. 75, II da Lei nº 14.133/2021.

#### 11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 61.346,67** (Sessenta mil reais e trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos), que corresponde ao objeto a ser executado, discriminados na planilha de especificações, quantitativos e preços no anexo deste Termo de Referência.

Os valores estimados foram estipulados através de comparação de preços entre 03 (três) empresas do ramo, conforme Tabela de Estimativa de Preços, que passa a integrar este termo.

#### 12. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

#### 13. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será feito pela contratante, o qual será pago no prazo de Lei, de acordo com os serviços efetivamente executados, acompanhados da correspondente ordem de serviço e Nota Fiscal, sem qualquer custo adicional, além do valor constante na proposta.

O pagamento somente será efetuado após o "atesto" pelo servidor competente na Nota Fiscal/Fatura apresentada pela **CONTRATADA**, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias da solicitação com a apresentação de todos os documentos comprobatórios.

- O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela **CONTRATADA** e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.



Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada.

Será considerada data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

- a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e
- b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo objeto, responderá o contratado pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente

O pagamento estará condicionado à regularidade fiscal da empresa (em relação a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, Débitos Trabalhistas) devendo esta demonstrar tal situação em todos os seus pedidos de pagamentos.

A **CONTRATANTE** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela **CONTRATADA**, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

#### **14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos orçamentários para execução do objeto do presente instrumento são constantes na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2025 e disponíveis no Orçamento do Município, informado pelo Departamento de Contabilidade, conforme a seguir:

##### **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**Fonte de recurso:** RECURSO PRÓPRIO – 500

**Funcional Programática:** 12.361.1014.2221.000 – Distribuição de material didático e fardamento fundamental

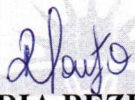
**Elemento de Despesa:** 3.3.90.32.00 – Material, bem ou serviço de distribuição



**15. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Timon-MA, 08 de setembro de 2025.

  
**REGIA MARIA BÉZERRA COUTO**  
Coordenador do Setor de Compras - SEMED  
Portaria nº 0612/2025-GP

Ratifico e aprovo este Termo de Referência em:

08 / 09 / 2025

  
Ana Cristina de Castro  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria Nº 0458/2025-GP  
CPF: 610.802.091-15  
**ANA CRISTINA DE CASTRO**  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria nº 0458/2025 – GP



**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO****MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO****ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1722/2025****OBJETO:** Contratação de empresa especializada em fornecimento de coffee-break para a realização da 15ª Conferência Municipal de Saúde de Timon.**TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO****(Dispensa de licitação, art. 75, II, da Lei nº 14133/2021)**

De acordo com o processo administrativo em epígrafe, objetivando a contratação de empresa especializada em fornecimento de coffee-break para a realização da 15ª Conferência Municipal de Saúde de Timon, RATIFICO a opinião técnica, e justificativa para dispensar a licitação da contratação do objeto, no qual, ADJUDICO o seu valor total estimado: R\$ 18.330,00 (dezoito mil, trezentos e trinta reais), em favor da empresa **D Y PEREIRA DOS SANTOS**, inscrita no CNPJ nº 41.072.014/0001-06, nos termos da proposta, que se vincula ao presente termo, fundamentado no art. 75, inciso II, da Lei nº 14133/2021. Timon/MA, 09 de setembro de 2025.

**DÁVILA CLAUDINO DE OLIVEIRA COSTA BEZERRA**

Secretária Municipal de Saúde- Timon/MA

Portaria nº 07/2025-GP

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO****ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1707/2025****OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de estruturas e equipamentos destinados à realização da 15ª Conferência Municipal de Saúde de Timon, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e anexos.**TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO****(Dispensa de licitação, art. 75, II, da Lei nº 14133/2021)**

De acordo com o processo administrativo em epígrafe, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de estruturas e equipamentos destinados à realização da 15ª Conferência Municipal de Saúde de Timon, RATIFICO a opinião técnica, e justificativa para dispensar a licitação da contratação do objeto, no qual, ADJUDICO o seu valor total estimado: R\$ 22.038,00 (vinte e dois mil e trinta e oito reais), em favor da empresa **SAMUEL DE MOURA DIAS - ME**, inscrita no CNPJ nº 20.894.430/0001-01, nos termos da proposta, que se vincula ao presente termo, fundamentado no art. 75, inciso II, da Lei nº 14133/2021. Timon/MA, 09 de setembro de 2025.

**DÁVILA CLAUDINO DE OLIVEIRA COSTA BEZERRA**

Secretária Municipal de Saúde- Timon/MA

Portaria nº 07/2025-GP

**EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO****MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.185/2025****MODALIDADE:** Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de material de limpeza e higiene coletiva para atender as necessidades da SMTTM.**UNIDADE GESTORA:** Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade – SMTTM**CONTRATADA:** M & R PRODUTOS DE LIMPEZA E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.070.004/0001-87**VALOR TOTAL:** R\$ 59.989,05 (cinquenta e nove mil novecentos e oitenta e nove reais e cinco centavos)**DATA DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:** 09/09/2025**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025 – SEMED****INTERESSADO:** Município de Timon – MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação- SEMED.**OBJETO:** O fornecimento de uniformes para o projeto bombeiros mirins de Timon-MA.**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço global.**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 14.133/2021**DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:** 09h00min do dia 11/09/2025.**DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:** 10h00min do dia 15/09/2025.**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo (horário e min) será observado o horário de Brasília (DF). **ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS:** [compras.semed@timon.ma.gov.br](mailto:compras.semed@timon.ma.gov.br) e o [setordecompras2025@gmail.com](mailto:setordecompras2025@gmail.com).**INFORMAÇÕES:** O Aviso de Dispensa e seus anexos poderão ser solicitados através do e-mail administrativo: [compras.semed@timon.ma.gov.br](mailto:compras.semed@timon.ma.gov.br) e o [setordecompras2025@gmail.com](mailto:setordecompras2025@gmail.com). Timon, 10/09/2025. Departamentos de Compras da Secretaria Municipal de Educação.**EXTRATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS****PORTARIA: Nº 0104/2025 - GP****FAVORECIDO:** Francisco Borges de Oliveira**CARGO/FUNÇÃO:** Secretário Municipal Extraordinário**ORGÃO:** Gabinete do Prefeito/ Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Institucionais**DESTINO:** São Raimundo Nonato - PI**PERÍODO:** 23/09 à 01/10 de 2025**QUANTIDADE DE DIÁRIAS:** 03 (três)**VALOR UNITÁRIO:** R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais)**VALOR TOTAL:** R\$ 1.560,00 (Hum mil e quinhentos e sessenta reais)**FINALIDADE:** Participar 5ª Edição do Participa+Formação para o Controle Social no SUS!**PORTARIA: Nº 0105/2025 - GP****FAVORECIDO:** Eric Kayan Oliveira dos Santos Melo**CARGO/FUNÇÃO:** Assessor Administrativo**ORGÃO:** Gabinete do Prefeito/ Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Institucionais**DESTINO:** São Raimundo Nonato - PI**PERÍODO:** 23/09 à 01/10 de 2025**QUANTIDADE DE DIÁRIAS:** 03 (três)**VALOR UNITÁRIO:** R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais)**VALOR TOTAL:** R\$ 1.560,00 (Hum mil e quinhentos e sessenta reais)**FINALIDADE:** acompanhar e assessorar o Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Institucionais, o senhor Francisco Borges de Oliveira na participação da 5ª Edição do Participa+Formação para o Controle Social no SUS!**PORTARIA Nº 054/2025 – AGERT****FAVORECIDO:** TARSILA CEZAR DE NORINHA PESSOA**CARGO/ FUNÇÃO:** DIRETORA DE CONTROLE SOCIAL**ORGÃO:** AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIMON- AGERT**DESTINO:** TIMON-MA / SÃO LUIS-MA / TIMON-MA**PERÍODO:** 15 A 17 DE SETEMBRO DE 2025**QTD:** 3 diárias**VALOR UNITÁRIO:** 230,00**VALOR TOTAL:** 690,00**FINALIDADE:** Concessão de diárias para a participação da servidora na Conferência Estadual das Cidades, que será realizado nos dias 16 e 17 de setembro de 2025 na cidade de São Luís – MA, a participação nesse evento permitira o fortalecimento da atuação institucional, o intercâmbio de experiências com outros Municípios e Estados além da ampliação do conhecimento técnico que poderá ser aplicado nas ações e projetos locais.**PORTARIA Nº 0101/2025- GP****FAVORECIDO:** ALYNNE HELENA PIAULINO DE MACÊDO PÊGO**CARGO/FUNÇÃO:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EMPREENDEDORISMO,**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E DO TURISMO – SEMEDESTT.****ÓRGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DO EMPREENDEDORISMO,**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E DO TURISMO – SEMEDESTT.****DESTINO:** TIMON-MA / SÃO LUIS-MA/ TIMON-MA**PERÍODO:** 02/09/2025 QTD: 01 (UMA) DIÁRIA**VALOR UNITÁRIO:** R\$ 260,00**VALOR TOTAL:** R\$ 260,00.**FINALIDADE DA VIAGEM:** REFERENTES À COBERTURA DE DESPESAS COM VIAGEM A SÃO LUÍS - MA, PARA ACOMPANHAR O PREFEITO NA VISITA À SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO MARANHÃO – SEINC E BUSCAR SOLUÇÕES PARA AS DEMANDAS DO POLO EMPRESARIAL DE TIMON, QUE IRÁ OCORRER NO DIA 02/09/2025.**SEMAG**

Cidade: Timon - Estado do Maranhão

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL – SEMAG  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL – DGP  
DIVISÃO DE DIREITOS, DEVERES E INFORMAÇÕES FUNCIONAIS – SDDIF**CERTIDÃO**

Certificamos, para os devidos fins de direito, mediante solicitação constante no processo nº 0784/2025/SEMAG, e conforme pesquisa realizada pelo Setor de Avaliação de Direitos, Deveres e Informações Funcionais – SDDIF, que (o/a) Sr(a) **ERIVERTON RODRIGUES DE ANDRADE**, CPF nº 629.905.943-53, prestou serviço nesta Prefeitura Municipal, onde exerceu o cargo/função conforme as informações a seguir:

Ordem	Cargo	Lotação	CNPJ	Início	Fim	Dias	Anos/Meses/Dias	Contribuição
01	Auxiliar Administrativo	SEMAG	06.115.307/0002-34	01/02/2019	31/12/2019	252	0/12/25	NEL
02	Auxiliar Administrativo	SEMAG	06.115.307/0002-34	01/02/2020	30/12/2021	360	0/12/25	NEL
03	Auxiliar Administrativo	SEMAG	06.115.307/0002-34	01/02/2022	31/08/2023	244	0/12/25	NEL
Tempo Total:						854	07 anos, 03 meses e 22 dias	

OBS: Nos períodos citados acima de dias trabalhados não foram encontradas faltas, suspensões ou outras situações que comprometam a regularidade do referido servidor.

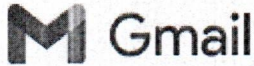
Certificamos ainda, que as informações constantes neste documento correspondem, com a verdade.

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL DE TIMON, Estado do Maranhão, 22 de abril de 2025.

*Francisco Borges de Oliveira*  
Secretário Municipal Extraordinário  
CNPJ nº 06.115.307/0001-14

*Francisco Borges de Oliveira*  
Secretário Municipal Extraordinário  
CNPJ nº 06.115.307/0001-14





SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt;

**proposta uniforme bombeiro mirim**

5 mensagens

**Dudatuca Atelie** <ateliedudatuca@gmail.com>

13 de setembro de 2025 às 15:58

Para: SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt;, compras.semed@timon.ma.gov.br

Boa tarde!

Em anexo segue proposta para fornecimento de uniformes para o projeto bombeiro mirim.

Atenciosamente  
Andreia França  
Duda Tuca Ateliê **ORCAMENTO\_BOM\_MIRIMassinado.pdf**  
141K**SETOR DE COMPRAS** <setordecompras2025semed@gmail.com>

15 de setembro de 2025 às 10:50

Para: Dudatuca Atelie &lt;ateliedudatuca@gmail.com&gt;

Senhor Representante da empresa DUDA TUCA ATELIÊ recebida sua proposta para a Dispensa de Licitação nº 008/2025, e classificada para lote 01 (itens 01 ao 04), solicitamos o envio dos documentos de habilitação conforme Aviso de Dispensa Eletrônica, num prazo de 2h (duas horas), sob pena de desclassificação da proposta. Solicito a documentação de habilitação conforme o aviso e conforme relação em anexo

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**HABILITAÇÃO COMPLETA.docx**  
15K**Dudatuca Atelie** <ateliedudatuca@gmail.com>

15 de setembro de 2025 às 10:53

Para: SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt;

Bom dia!

Em breve envio os documentos solicitados.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**Dudatuca Atelie** <ateliedudatuca@gmail.com>

15 de setembro de 2025 às 11:03

Para: SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt;

Bom dia.

Conforme solicitado, segue em anexo os documentos.

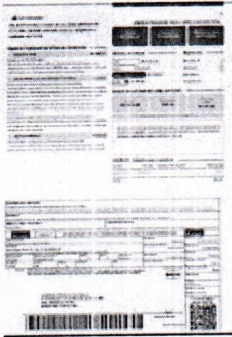
Atenciosamente  
Andreia França

Em seg., 15 de set. de 2025 às 10:50, SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt; escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**7 anexos**





**COMP ENDEREÇO.jpg**  
96K



**CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL DE TIMON.pdf**  
374K



**CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL.pdf**  
4K



**CERTIDAO NEGATIVA DA DIVIDA ATIVA ESTADUAL.pdf**  
4K



**CERTIFICADO MEI - 51635096000103.pdf**  
50K



**Certidão Negativa de Débitos RECEITA FEDERAL.pdf**  
76K



**CHN ANDREIA.pdf**  
158K

---

**Dudatuca Atelie** <ateliedudatuca@gmail.com>  
Para: SETOR DE COMPRAS <setordecompras2025semed@gmail.com>

15 de setembro de 2025 às 11:06

Bom dia.

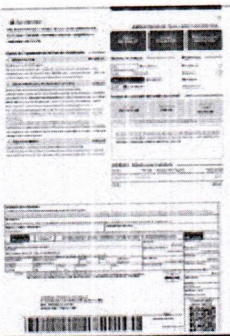
Conforme solicitado, segue em anexo os documentos.

Atenciosamente  
Andreia França

[Texto das mensagens anteriores oculto]

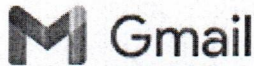
---

#### 8 anexos



**COMP ENDEREÇO.jpg**  
96K





SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt;

**proposta uniforme bombeiro mirim**

5 mensagens

**Dudatuca Atelie** <ateliedudatuca@gmail.com>

13 de setembro de 2025 às 15:58

Para: SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt;, compras.semed@timon.ma.gov.br

Boa tarde!

Em anexo segue proposta para fornecimento de uniformes para o projeto bombeiro mirim.

Atenciosamente  
Andreia França  
Duda Tuca Ateliê **ORCAMENTO\_BOM\_MIRIMassinado.pdf**  
141K**SETOR DE COMPRAS** <setordecompras2025semed@gmail.com>

15 de setembro de 2025 às 10:50

Para: Dudatuca Atelie &lt;ateliedudatuca@gmail.com&gt;

Senhor Representante da empresa DUDA TUCA ATELIÊ recebida sua proposta para a Dispensa de Licitação nº 008/2025, e classificada para lote 01 (itens 01 ao 04), solicitamos o envio dos documentos de habilitação conforme Aviso de Dispensa Eletrônica, num prazo de 2h (duas horas), sob pena de desclassificação da proposta. Solicito a documentação de habilitação conforme o aviso e conforme relação em anexo

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**HABILITAÇÃO COMPLETA.docx**  
15K**Dudatuca Atelie** <ateliedudatuca@gmail.com>

15 de setembro de 2025 às 10:53

Para: SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt;

Bom dia!

Em breve envio os documentos solicitados.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**Dudatuca Atelie** <ateliedudatuca@gmail.com>

15 de setembro de 2025 às 11:03

Para: SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt;

Bom dia.

Conforme solicitado, segue em anexo os documentos.

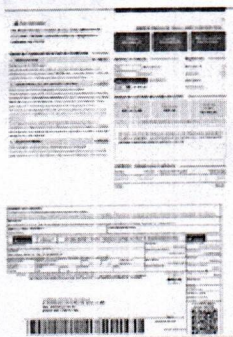
Atenciosamente  
Andreia França

Em seg., 15 de set. de 2025 às 10:50, SETOR DE COMPRAS &lt;setordecompras2025semed@gmail.com&gt; escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**7 anexos**





**COMP ENDEREÇO.jpg**  
96K



**CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL DE TIMON.pdf**  
374K



**CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL.pdf**  
4K



**CERTIDAO NEGATIVA DA DIVIDA ATIVA ESTADUAL.pdf**  
4K



**CERTIFICADO MEI - 51635096000103.pdf**  
50K



**Certidão Negativa de Débitos RECEITA FEDERAL.pdf**  
76K



**CHN ANDREIA.pdf**  
158K

---

Dudatuca Atelie <ateliedudatuca@gmail.com>  
Para: SETOR DE COMPRAS <setordecompras2025semed@gmail.com>

15 de setembro de 2025 às 11:06

Bom dia.

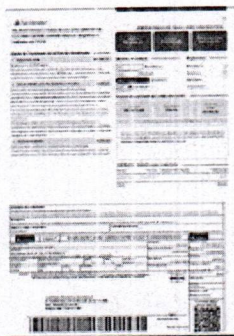
Conforme solicitado, segue em anexo os documentos.

Atenciosamente  
Andreia França

[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

## 8 anexos




**COMP ENDEREÇO.jpg**  
96K



PROC. Nº 4757/25  
FLS. 43  
RUBRICA





**INSCRIÇÃO E SITUAÇÃO CADASTRAL.jpg**  
54K


 **CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL.pdf**  
4K

 **CERTIDAO NEGATIVA DA DIVIDA ATIVA ESTADUAL.pdf**  
4K


 **Certidão Negativa de Débitos RECEITA FEDERAL.pdf**  
76K

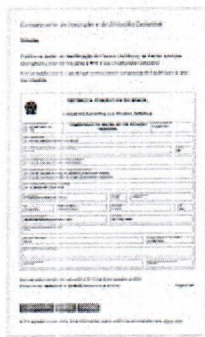
 **CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL DE TIMON.pdf**  
374K

 **CERTIFICADO MEI - 51635096000103.pdf**  
50K







 **CHN ANDREIA.pdf**  
158K



PROC. Nº 4757/25  
FLS. 44  
RUBRICA 



**INSCRIÇÃO E SITUAÇÃO CADASTRAL.jpg**  
54K

-  **CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL.pdf**  
4K
-  **CERTIDAO NEGATIVA DA DIVIDA ATIVA ESTADUAL.pdf**  
4K
-  **Certidão Negativa de Débitos RECEITA FEDERAL.pdf**  
76K
-  **CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL DE TIMON.pdf**  
374K
-  **CERTIFICADO MEI - 51635096000103.pdf**  
50K
-  **CHN ANDREIA.pdf**  
158K





**DUDA TUCA ATELIE**

Andreia França de Paula - CNPJ: 51.635.096/0001-03

Rua Henrique Pereira de Sousa, 965

Parque Piauí I - Timon – MA CEP:65636-300

13 de setembro de 2025.

PARA: Secretaria Municipal de Educação - SEMED  
PROJETO BOMBEIROS MIRINS TIMON-MA

**PROPOSTA DE PREÇO**

A Empresa **DUDA TUCA ATELIE** vem apresentar proposta comercial para fornecimento dos materiais abaixo especificados, conforme solicitado:

ORD	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	V.UNIT	V.TOTAL
1	CAMISA DE MANGA CURTA CONFECCIONADA EM MALHA FRIA, NA COR VERMELHA, PERSONALIZADA EM SUBLIMAÇÃO	UND	400	29,00	11.600,00
2	CAMISA REGATA PARA EDUCAÇÃO FÍSICA CONFECCIONADA EM MALHA FRIA, NA COR VERMELHA, PERSONALIZADA EM SUBLIMAÇÃO	UND	400	26,00	10.400,00
3	CALÇA CONFECIONADO EM TECIDO TACTEL, NA COR VERMELHA	UND	400	59,50	23.800,00
4	GORRO (BONÉ) NA COR VERMELHA, PERSONALIZADO EM SUBLIMAÇÃO NAS LATERAIS E NA FRENTE	UND	400	30,00	12.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>57.800,00</b>

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA – R\$ 57.800,00**  
**(Cinquenta e sete mil e oitocentos reais)**

Condições gerais:

Validade da proposta: 90 dias

Prazo de Entrega: A combinar

Local de Entrega: A combinar

CONTATO:

ANDREIA FRANÇA

86 999522083

ateliedudatuca@gmail.com

gov.br

Documento assinado digitalmente  
ANDREIA FRANÇA DE PAULA  
Data: 13/09/2025 15:46:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andreia França de Paula  
Duda Tuca Ateliê

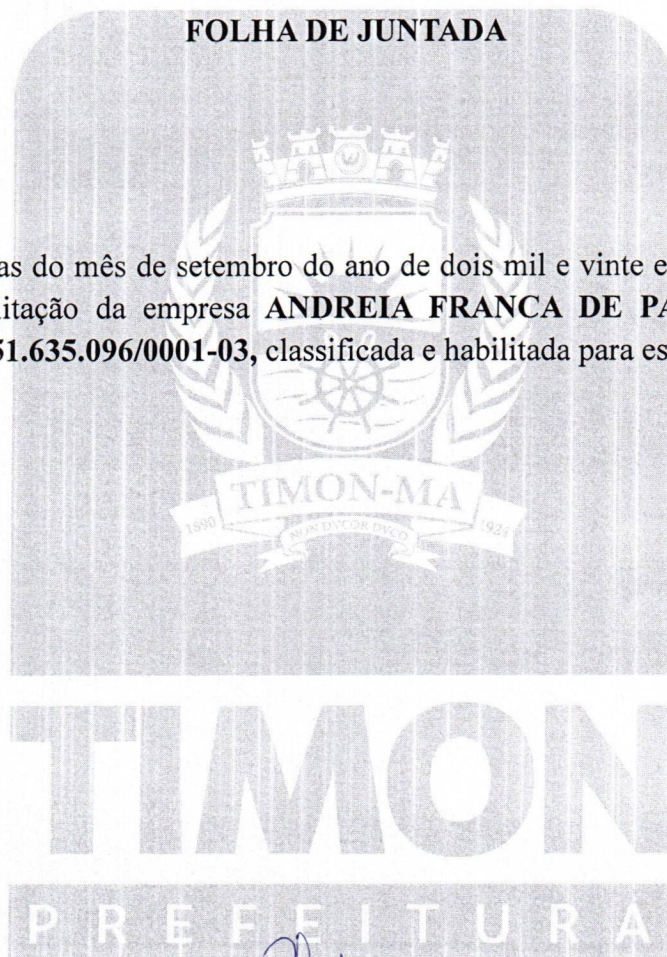


**PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 04757/2025**

**OBJETO: O FORNECIMENTO DE FARDAMENTO PARA O PROJETO DOS BOMBEIROS MIRINS DE TIMON.**

**FOLHA DE JUNTADA**

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco faço juntada dos documentos de habilitação da empresa **ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ)** CNPJ N° 51.635.096/0001-03, classificada e habilitada para este processo.



*Regia Maria Bezerra Couto*

**REGIA MARIA BEZERRA COUTO**  
Coordenador do Setor de Compras - SEMED  
Portaria n° 0612/2025-GP





# Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

## Empresário(a)

Nome Civil

ANDREIA FRANCA DE PAULA

CPF

811.165.783-87

CNPJ

51.635.096/0001-03

Data de Abertura

01/08/2023

Nome Empresarial

51.635.096 ANDREIA FRANCA DE PAULA

Nome Fantasia

DUDA TUCA ATELIE

Capital Social

10.000,00

Situação Cadastral Vigente

ATIVA

Data da Situação Cadastral

01/08/2023

## Endereço Comercial

CEP

65636-300

Logradouro

RUA HENRIQUE PEREIRA DE SOUSA

Número

965/A

Bairro

PARQUE PIAUI I

Município

TIMON

UF

MA

## Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

### Períodos de Enquadramento como MEI

Período

1º período

Início

01/08/2023

Fim

-

## Atividades

### Forma de Atuação

Internet, Estabelecimento fixo, Televenda

### Ocupação Principal

Fabricante de partes de roupas profissionais - facção, independente

### Atividade Principal (CNAE)

1413-4/03 - Facção de roupas profissionais

### Ocupações Secundárias

Fabricante de partes de peças do vestuário - facção, independente

Comerciante independente de artigos do vestuário e acessórios

### Atividades Secundárias (CNAE)

1412-6/03 - Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas

4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios



PROC. Nº 24757/25  
FLS. 48  
RUBRICA A

Carteira Nacional de Habilitação (CNH) - SENATRAN

QR CODE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
ANDREIA FRANCA DE PAULA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF  
1670897 SSP PI

CPF  
811.165.783-87

DATA NASCIMENTO  
06/11/1978

FILIAÇÃO  
JOSE VICENTE DE PAULA  
MARIA ESTELA FRANCA DE PAUL  
A

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
01994631920

VALIDADE  
16/12/2031

1ª HABILITAÇÃO  
21/09/2001

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
2262676011



DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Este arquivo não pode ser utilizado como documento de habilitação.

Verifique autenticidade do QR Code com o app Vio.

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR  
Andraia Franca de Paula

LOCAL  
SAO LUIS, MA

DATA EMISSÃO  
17/12/2021

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

40721101594  
MA046280782

MARANHÃO

DENATRAN CONTRAN

2262676011




## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 51.635.096/0001-03 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 01/08/2023
NOME EMPRESARIAL 51.635.096 ANDREIA FRANCA DE PAULA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DUDA TUCA ATELIE			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 14.13-4-03 - Fabricação de roupas profissionais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 14.12-6-03 - Fabricação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R HENRIQUE PEREIRA DE SOUSA	NUMERO 965/A	COMPLEMENTO *****	
CEP 65.636-300	BARRIO/DISTRITO PARQUE PIAUI I	MUNICIPIO TIMON	UF MA
E-MAIL ELETRÔNICO ANDREIAFRANCAP@HOTMAIL.COM		TELEFONE (86) 9952-2083	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/08/2023	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/08/2023 às 10:37:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: 51.635.096 ANDREIA FRANCA DE PAULA  
CNPJ: 51.635.096/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 15:50:56 do dia 26/08/2025 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 22/02/2026.

Código de controle da certidão: **5F90.A1F4.1FC7.E192**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 51.635.096 ANDREIA FRANCA DE PAULA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 51.635.096/0001-03  
Certidão nº: 49635984/2025  
Expedição: 26/08/2025, às 16:15:19  
Validade: 22/02/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que 51.635.096 ANDREIA FRANCA DE PAULA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 51.635.096/0001-03, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA**

Nº Certidão: 079719/25

Data da

26/08/2025 15:44:49

Inscrição Estadual: 128164387

CPF/CNPJ: 51635096000103

Razão Social: 51 635 096 ANDREIA FRANCA DE PAULA

Endereço: RUA HENRIQUE PEREIRA DE SOUSA, 965 A CEP: 65636300 - PARQUE PIAUI I

Telefone: (86)99522083

Município: TIMON

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

**Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 24/11/2025.**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:  
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**





PROC. Nº 4757/25  
FLS. 23  
RUBRICA OK

## GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 235037/25

Data da

26/08/2025 15:42:04

Inscrição Estadual: 128164387

CPF/CNPJ: 51635096000103

Razão Social: 51 635 096 ANDREIA FRANCA DE PAULA

Endereço: RUA HENRIQUE PEREIRA DE SOUSA, 965 A CEP: 65636300 - PARQUE PIAUI I

Telefone: (86)99522083

Município: TIMON

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

**Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 24/11/2025.**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:  
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**

Data Impressão: 26/08/2025 15:42:04





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO**

**Nº: 2025 / 2025002184**

**DOCUMENTO: C.N.P.J.: 51.635.096/0001-03**

**DATA DE EMISSÃO: 26/08/2025**

Esta CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTRIBUINTE foi emitida pelo Sistema SEFIN Online sendo válida até 23/11/25  
TIMON-MA, 26 DE AGOSTO DE 2025

**CERTIDÃO VALIDADA VIA INTERNET**

em 26/08/25 às 15:31:51





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**  
**CERTIDÃO NEGATIVA DE CONTRIBUINTE**

**Nº 2025002184**

**DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL**

Inscrição Contribuinte / Nome

**371551 - 51.635.096 ANDREIA FRANCA DE PAULA**

Endereço

TIMON-MA CEP:

No. Requerimento

2025002184/2025

Documento

C.N.P.J.: 51.635.096/0001-03

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

**CERTIDÃO**

Certifico nos termos da legislação vigente e na conformidade com os registros cadastrais desta municipalidade, que nenhum débito foi encontrado em nome do(a) requerente, pelo que expedimos a presente CERTIDÃO; ressalvado o direito da Fazenda Municipal de rever e cobrar débitos que venham a ser apurados posteriormente.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <http://servicos2.speedgov.com.br/timon/validacao/cnd>

TIMON-MA, 26 DE AGOSTO DE 2025

Esta certidão é válida por 090 dias contados da data de emissão

**VALIDA ATÉ: 23/11/2025**

**COD. VALIDAÇÃO:0003E405A00000371551**



PROC. Nº 4757/25  
FLS. 05  
RUBRICA





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 56  
RUBRICA CP

**ATA DE RESULTADO**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 008/2025 – SEMED**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4757/2025 - SEMED**

**INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.**

**OBJETO** O fornecimento de uniformes para O Projeto Bombeiros Mirins Timon-MA, conforme detalhamento no Aviso de Dispensa e seus anexos.

No dia primeiro do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e 20 minutos, na sala do setor de compras da Secretaria Municipal de Timon - SEMED, localizada na Rua Maria Carlos da Silva, s/n - Bairro Parque Piauí, Timon-MA, a Coordenadora do Setor de Compras - SEMED **REGIA MARIA BEZERRA COUTO** designadas através da Portaria nº Portaria nº 0612/2025-GP de 01 de julho de 2025, para em atendimento às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, realizarmos os procedimentos relativos a **Dispensa Eletrônica nº 008/2025**.

Tendo recebido os autos da fase preparatória do processo, verificou-se a existência de 03 (três) propostas iniciais, a saber:

**PROPOSTAS INICIAIS:**

- 01 - M V Vieira Pereira Ltda (Farda Mais Uniformes) CNPJ Nº 59.595.908/0001-38;**  
**02 - Andreia Franca de Paula(Duda Tuca Ateliê) CNPJ Nº51.635.096/0001-03;**  
**03 - Loja Viana Ltda CNPJ Nº 69.614.287/0001-46;**

Cujos valores unitários são os descritos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNIT (1)	VALOR UNIT (2)	VALOR UNIT (3)
01	CAMISA DE MANGA CURTA CONFECIONADA EM MALHA FRIA	400	R\$ 31,00	<b>R\$ 29,00</b>	R\$ 30,30
02	CAMISA REGATA PARA EDUCAÇÃO FISICA	400	R\$ 30,00	<b>RS26,00</b>	R\$ 28,63
03	CALÇA TACTEL	400	R\$ 64,00	<b>RS59,50</b>	R\$ 62,13
04	GORRO(BONÉ)	400	R\$ 34,00	<b>RS30,00</b>	R\$ 32,30





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**

Secretaria Municipal de Educação – SEMED

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 57  
RUBRICA

Onde a empresa **Andreia Franca de Paula(Duda Tuca Atelie)** CNPJ Nº51.635.096/0001-03, ofertou o menor valor para todos os 4 itens do objeto.

No entanto, nos termos da nova lei de Licitações, para ampliação da disputa e em busca de ofertas mais vantajosas, fez-se a publicação no Portal Compras Públicas e no Diário Oficial do Município, para recebimento de propostas adicionais, num prazo de 03 (três) dias úteis, iniciando o recebimento no dia 11/09/2025 às 09h00min e encerrando dia 15/09/2025 às 10h00min.


Findo o prazo para recebimento, foram recebidas 01 (uma) proposta adicional, conforme cópia de e-mails acostados aos autos e tabela a seguir:

**PROPOSTAS ADICIONAIS:**

Não teve o recebimento de proposta por e-mail.

Assim, analisada as propostas das empresas remanescentes, declaramos classificada a seguinte empresa: **ANDREIA FRANCA DE PAULA(DUDA TUCA ATELIE)**, para todos os itens, por ofertar o menor valor, na ordem de classificação. Em seguida, foram solicitadas as documentações de habilitação, através do e-mail, conforme cópia acostada aos autos. Após recebimento e análise dos documentos, e consultas aos cadastros nacionais quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, com base no item 4.2 do Aviso da Dispensa, a empresa foi declarada habilitada e vencedora do processo, por apresentar todas as documentações solicitadas.

Timon (MA), 15 de setembro de 2025.

  
**REGIA MARIA BEZERRA COUTO**  
Coordenador do Setor de Compras - SEMED  
Portaria nº 0612/2025-GP



**JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DA**  
**FERRAMENTA DE DISPUTA POR LANCES**

**MODALIDADE:** Dispensa de Licitação nº 008/2025 – SEMED

**OBJETO:** A fornecimento de fardamento para o projeto dos bombeiros mirins de Timon.

A presente contratação direta, está fundamentada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, foi processada por meio eletrônico, com recebimento de propostas via e-mail institucional, em conformidade com o disposto no §3º do mesmo artigo legal, que prevê expressamente:

“§ 3º Nas contratações realizadas com base nos incisos I e II do caput deste artigo, deverá ser adotada a forma eletrônica sempre que possível.”

Contudo, não foi adotado o sistema eletrônico de disputa por lances sucessivos, uma vez que os recursos utilizados para pagamento da despesa não são oriundos da União, o que afasta a obrigatoriedade de observância à Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021.

A própria norma, em seu artigo 1º, § 2º, delimita com clareza sua abrangência:

“Art. 1º, § 2º. Esta Instrução Normativa aplica-se exclusivamente às contratações realizadas com recursos da União.”


No caso concreto, a contratação é integralmente custeada com recursos próprios do Município de Timon – MA, razão pela qual a obrigatoriedade de uso da funcionalidade de Dispensa Eletrônica conforme regulamentação federal não se impõe ao ente municipal.



Ressalta-se que a forma adotada – recepção de propostas por meio digital, com ampla divulgação do aviso de contratação direta e critério de julgamento pelo menor preço global respeita os princípios da publicidade, da competitividade e da eficiência, estando plenamente alinhada com a autonomia federativa dos municípios e com os princípios que regem as contratações públicas estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

Portanto, a não utilização do sistema se deu pela não obrigatoriedade legal, conforme interpretado à luz do art. 1º, § 2º da IN SEGES/ME nº 067/2021, o que não compromete a legalidade nem a legitimidade do procedimento, que seguiu os trâmites exigidos para contratações diretas por dispensa com valores inferior ao limite legal estabelecido por lei para esse tipo de contratação direta.

Timon – MA, 16 de setembro de 2025.



**Régia Maria Bezerra Couto**  
Coordenadora do Setor de Compras – SEMED  
Portaria nº 0612/2025 – GP



**JUSTIFICATIVA DE PREÇO E ESCOLHA DO FORNECEDOR**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4757/2025**

**1. INTRODUÇÃO**

Em observância à Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação na administração pública, apresentamos a justificativa do preço para a contratação de o Fornecimento de fardamento para o projeto dos bombeiros mirins de Timon, O objetivo é demonstrar a razoabilidade e a vantajosidade econômica da proposta selecionada com base na análise das três cotações obtidas no mercado.

**2. ANÁLISE COMPARATIVA DAS COTAÇÕES**

Foram realizadas três cotações de preços junto a fornecedores distintos, resultando nos seguintes valores globais para o período de seis meses, conforme Tabela de Estimativa de Valores, acostada aos autos:

- **Cotação 1 (Menor Preço) – Empresa ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ) CNPJ Nº 51.635.096/0001-03: R\$ 57.800,00 (Cinquenta e sete mil e oitocentos reais)**
- **Cotação 2 – Empresa LOJA VIANA LTDA CNPJ Nº 69.614.287/0001-46: R\$ 62.640,00 (Sessenta e dois mil e seiscentos e quarenta reais )**
- **Cotação 3 – Empresa M V VIEIRA PEREIRA LTDA (FARDA MAIS UNIFORMES) CNPJ Nº 59.595.908/0001-38: R\$ 63.600,00 (Sessenta e três mil e seiscentos reais)**

A análise comparativa demonstra que a Cotação 1 apresenta o menor valor global, garantindo assim uma economia significativa para a Administração Pública.

**3. JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**

De acordo com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a administração pública deve garantir a seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público. A escolha da proposta de menor preço está fundamentada nos seguintes aspectos:



- **Economicidade:** A proposta selecionada permite a redução de custos sem comprometer a qualidade do serviço prestado.
- **Adequabilidade ao objeto contratado:** O fornecedor responsável pela Cotação 1 atende a todos os requisitos exigidos no Termo de Referência e na legislação pertinente.
- **Compatibilidade com os preços praticados no mercado:** O valor apresentado está dentro da margem de referência para serviços semelhantes.

#### 4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, justifica-se a seleção da empresa **ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ)** CNPJ Nº **51.635.096/0001-03**, como a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo economicidade, eficiência e transparência na contratação do serviço de transporte escolar.

Timon/MA, 16 de setembro de 2025.

**ISADORA KAMILLA DE ARAÚJO RODRIGUES**

Secretária Adjunta Administrativa/SEMED

Portaria nº 0451/2025-GP

Ana Cristina de Castro  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria Nº 0458/2025-GP  
CPF: 610.802.091-15

**ANA CRISTINA DE CASTRO**

Secretária Municipal de Educação

Portaria nº 0458/2025-GP



**AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO – DISPENSA**

Processo Administrativo nº 04757/2025 – SEMED

Venho por meio deste expediente, autorizar a abertura de processo e procedimento legal a ser adotado para o fornecimento de uniformes para o projeto dos Bombeiros Mirins Timon-MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no ETP e Termo de Referência.

Encaminho os autos ao setor competente para que sejam realizados os procedimentos cabíveis em conformidade com a Lei nº 14.133/21.

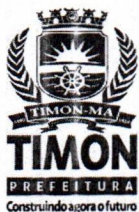
Timon (MA), 17 de setembro de 2025.

**TIMON**  
**PREFEITURA**

Ana Cristina de Castro  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria Nº 0458/2025-GP  
CPF: 610.802.091-15

**ANA CRISTINA DE CASTRO**  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria nº 0458/2025 – GP





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 63  
RUBRICA [assinatura]

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_ – SEMED

CONTRATO Nº \_\_\_\_\_ PARA O  
FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA O  
PROJETO BOMBEIROS MIRINS TIMON-MA, POR  
INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO, E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

O MUNICÍPIO DE TIMON, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, sediada na Rua Maria Carlos da Silva, s/n, Parque Piauí, CEP 65630-078, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Sr<sup>a</sup>. Secretária Municipal de Educação, \_\_\_\_\_, brasileira, nomeada através da Portaria nº \_\_\_\_\_, residente neste município, doravante denominado simplesmente **Contratante**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ – SSP/PI, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **Contratada**, em observância às disposições do Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e considerando o que constam na **Dispensa de Licitação nº \_\_\_\_\_ do Processo administrativo nº \_\_\_\_\_ – SEMED**, celebram o presente Termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

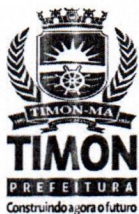
**CLÁUSULA PRIMEIRA – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, QUANTIDADE E PREÇOS**

**Parágrafo primeiro** – Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de uniformes padronizados destinados ao Projeto Bombeiros Mirins – Timon/MA, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes no Termo de Referência e proposta da Contratada, parte integrante deste instrumento.

**Parágrafo segundo** – Integram este contrato, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- A Proposta da Contratada;
- A Autorização da Contratação Direta (Dispensa de Licitação);
- Eventuais anexos e documentos correlatos.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

PROC. Nº 4757/18  
FLS. 64  
RUBRICA

**DESCRIÇÃO DO OBJETO CONTRATADO:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

**TOTAL GERAL:** R-\_\_\_\_\_.

**Parágrafo terceiro** – O valor global do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_, nos termos da proposta da Contratada e do Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Parágrafo primeiro** – A Contratada deverá confeccionar e entregar os uniformes em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada, correndo por sua conta todos os custos com confecção, personalização, embalagem, transporte, tributos e demais encargos necessários ao perfeito cumprimento do objeto.

**Parágrafo segundo** – A entrega dos uniformes deverá ocorrer de forma integral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de fornecimento, salvo disposição diversa acordada entre as partes.

**Parágrafo terceiro** – O local de entrega será o endereço do Projeto Bombeiros Mirins – Timon/MA ou outro que venha a ser indicado oficialmente pela Administração.

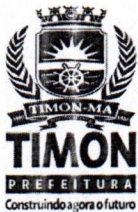
**Parágrafo quarto** – Todos os uniformes deverão ser confeccionados em materiais de primeira qualidade, novos, sem uso anterior, devendo observar rigorosamente a padronização cromática (vermelho bombeiro), a personalização em sublimação de alta definição e as demais características técnicas previstas.

**Parágrafo quinto** – É de inteira responsabilidade da Contratada a substituição imediata de peças entregues com defeito de fabricação, avarias ou divergências em relação às especificações, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

**Parágrafo sexto** – O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento definitivo, após inspeção técnica e emissão de termo de aceite pelo fiscal do contrato.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 65  
RUBRICA

**CLÁUSULA TERCEIRA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**Parágrafo primeiro** – O presente contrato é celebrado com base:

- no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, que autoriza a dispensa de licitação para contratações de pequeno valor (até R\$ 50.000,00 para compras e serviços comuns);
- no **Processo Administrativo nº 4757/2025**, que contém a instrução processual completa, incluindo Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Pesquisa de Preços, Documento de Formalização de Demanda e Justificativa de Dispensa de Licitação.

**CLÁUSULA QUARTA – DA SUPERVISÃO.**

**Parágrafo primeiro** – A Contratada deverá indicar **01 (um) preposto** devidamente identificado, que será responsável por todas as ações administrativas e operacionais relacionadas ao fornecimento dos uniformes, incluindo acompanhamento da produção, controle de qualidade, prazos de entrega, substituição de peças defeituosas e comunicação direta com a Contratante.

**Parágrafo segundo** – O preposto designado atuará como representante da Contratada perante a Secretaria Municipal de Educação, devendo estar disponível para solucionar demandas, prestar informações e atender às solicitações do Gestor e dos Fiscais do Contrato.

**Parágrafo terceiro** – Caberá à Contratada manter canais de comunicação eficientes (telefone, e-mail, endereço físico) para contato imediato com o preposto, de modo a viabilizar pronta solução de eventuais ocorrências durante a execução contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**Parágrafo primeiro** - A CONTRATADA se obriga a cumprir integralmente o objeto contratado, observando as seguintes disposições:

**I – Qualidade e Conformidade:**

- a) Produzir e fornecer os uniformes em estrita conformidade com as especificações técnicas, modelos, cores, tecidos e padrões de personalização definidos no Termo de Referência e aceitos pela CONTRATANTE;
- b) Garantir que os uniformes sejam novos, de primeira qualidade, livres de defeitos de fabricação e adequados ao uso imediato;
- c) Assegurar a padronização das peças, obedecendo aos critérios de modelagem, costura, acabamento e personalização exigidos.

**II – Entrega e Prazos:**





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
**Secretaria Municipal de Educação – SEMED**

PROC. Nº 4757125  
FLS. 66  
RUBRICA [assinatura]

- a) Entregar os uniformes no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** contados da emissão da Ordem de Fornecimento;
- b) Proceder à entrega no local indicado pela CONTRATANTE, em horário comercial e com aviso prévio de, no mínimo, 48 horas;
- c) Substituir, às suas expensas, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações ou que apresentem defeitos de fabricação.

**III – Garantia:**

- a) Garantir, pelo prazo mínimo de **90 (noventa) dias**, a qualidade dos uniformes contra eventuais defeitos de fabricação;
- b) Promover a substituição imediata dos itens que apresentarem vícios ou falhas durante o período de garantia, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

**IV – Obrigações Legais e Contratuais:**

- a) Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas na contratação, inclusive regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- b) Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados ao fornecimento dos uniformes, não cabendo qualquer solidariedade à CONTRATANTE;
- c) Respeitar integralmente as normas ambientais e de sustentabilidade aplicáveis à confecção e fornecimento dos materiais, minimizando impactos e utilizando, sempre que possível, práticas sustentáveis.

**V – Comunicação e Responsabilidade:**

- a) Indicar representante legal ou preposto com poderes suficientes para responder pela execução contratual, facilitar a comunicação e atender às solicitações da fiscalização;
- b) Atender prontamente às determinações e orientações do fiscal do contrato, realizando correções sempre que forem identificadas falhas;
- c) Manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações institucionais obtidas em razão da execução contratual.

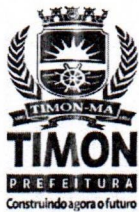
**Parágrafo segundo** – O descumprimento total ou parcial das obrigações acima estabelecidas sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na legislação vigente e neste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**Parágrafo primeiro** - A CONTRATANTE se compromete a cumprir com as seguintes obrigações, visando à adequada execução do contrato:

**I – Condições para a Execução:**





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
**Secretaria Municipal de Educação – SEMED**

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 67  
RUBRICA

- a) )Fornecer à CONTRATADA todas as informações e documentos necessários à correta confecção e personalização dos uniformes, incluindo logotipos, cores institucionais e demais padrões visuais exigidos;
- b) Definir, previamente, os locais de entrega e armazenagem dos materiais, garantindo acesso e condições adequadas para recebimento;
- c) Emitir, de forma tempestiva, a Ordem de Fornecimento que autorizará o início da produção e entrega dos uniformes.

**II – Acompanhamento e Fiscalização:**

- a) Designar formalmente fiscal ou comissão de acompanhamento para supervisionar a execução contratual, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Acompanhar o fornecimento dos uniformes, verificando sua conformidade com as especificações técnicas e quantitativos contratados;
- c) Atestar as Notas Fiscais apenas após a comprovação da entrega e aceitação dos itens em conformidade com o contrato.

**III – Obrigações Financeiras:**

- a) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA de acordo com as condições, prazos e valores estabelecidos neste instrumento;
- b) Garantir a disponibilidade orçamentária e financeira necessária à cobertura das despesas decorrentes do presente contrato, observando as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- c) Realizar os pagamentos em até **30 (trinta) dias corridos** após o recebimento definitivo dos uniformes e apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada.

**IV – Comunicação e Apoio:**

- a) Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;
- b) Comunicar, formalmente e em tempo hábil, quaisquer ocorrências que possam impactar na execução contratual;
- c) Não criar obstáculos injustificados à execução dos serviços, assegurando à CONTRATADA as condições para o cumprimento das obrigações assumidas.

**V – Responsabilidade Institucional:**

- a) Garantir que as especificações técnicas e quantidades solicitadas estejam alinhadas às necessidades reais do Projeto Bombeiros Mirins – Timon/MA;
- b) Assegurar que a contratação e a execução do presente contrato observem os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 68  
RUBRICA

- c) Manter atualizados todos os registros administrativos referentes ao contrato, garantindo a sua plena transparência e disponibilização em meios oficiais.

**Parágrafo segundo** – O descumprimento injustificado das obrigações acima sujeitará a CONTRATANTE às responsabilidades previstas em lei, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados à CONTRATADA.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**Parágrafo primeiro** - O prazo de execução dos serviços a serem contratados serão contados do recebimento da Ordem de Serviço. A vigência do contrato se dará até 31 de dezembro de 2025, contados da data de assinatura, improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**Parágrafo primeiro** - É vedada à CONTRATADA a subcontratação total do objeto, bem como a cessão ou transferência, no todo ou em parte, dos direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

**Parágrafo segundo** – A subcontratação parcial de serviços ou fornecimentos somente poderá ocorrer em caráter excepcional, desde que:

- I – previamente justificada pela CONTRATADA;
- II – aprovada pela CONTRATANTE por escrito;
- III – não comprometa a padronização, qualidade, prazos e demais condições contratuais;
- IV – seja limitada a etapas acessórias, nunca ao objeto principal.

**Parágrafo terceiro** – A cessão ou transferência de direitos e obrigações, quando autorizada, dependerá de:

- a) manifestação formal e expressa da CONTRATANTE;
- b) comprovação documental de que a empresa cessionária ou sucessora cumpre todas as condições de habilitação exigidas na contratação;
- c) análise da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa indicada.

**Parágrafo quarto** – A autorização da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades perante a Administração, permanecendo esta solidariamente responsável pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais.

**Parágrafo quinto** – O descumprimento das disposições desta cláusula sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas neste contrato e na legislação vigente, incluindo a possibilidade de rescisão contratual, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

PROC. Nº 4957/25  
FLS. 69  
RUBRICA

**CLÁUSULA NONA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**Parágrafo primeiro** – A execução do presente contrato será acompanhada, controlada e fiscalizada pela CONTRATANTE, por intermédio de servidor(es) ou comissão especialmente designada para tal finalidade, mediante ato formal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo segundo** – Compete ao fiscal do contrato:

I – acompanhar a entrega dos uniformes, verificando a conformidade com as especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos;

II – registrar em relatórios todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, comunicando de imediato à autoridade competente eventuais irregularidades;

III – rejeitar, total ou parcialmente, os materiais que não estejam em conformidade com o contrato, exigindo da CONTRATADA a devida substituição;

IV – atestar as Notas Fiscais apenas após a verificação do cumprimento integral das condições estabelecidas;

V – solicitar providências à CONTRATADA, fixando prazos para saneamento de falhas ou irregularidades identificadas.

**Parágrafo terceiro** – A atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade integral pela execução do objeto, tampouco transfere à Administração a responsabilidade por vícios ou defeitos de qualidade.

**Parágrafo quarto** – A fiscalização terá caráter permanente, devendo ser documentada em registros próprios, que integrarão o processo administrativo do contrato.

**Parágrafo quinto** – A CONTRATADA se obriga a garantir livre acesso dos fiscais aos locais de produção, armazenagem e entrega dos uniformes, fornecendo todas as informações e documentos necessários à verificação da conformidade contratual.

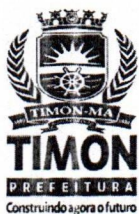
**CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**Parágrafo primeiro** – O recebimento dos uniformes será efetuado em duas etapas, conforme dispõe o art. 141 da Lei nº 14.133/2021:

**I – Recebimento Provisório:** realizado no ato da entrega dos materiais, mediante conferência quantitativa e verificação inicial das condições aparentes, formalizado por meio de termo circunstanciado ou recibo, assinado pelo servidor responsável;

**II – Recebimento Definitivo:** realizado após a verificação da conformidade dos uniformes com as especificações técnicas, quantitativos e demais condições contratuais, formalizado por Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelo fiscal do contrato e pela autoridade competente.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 70  
RUBRICA 489

**Parágrafo segundo** – Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos ou desconformidades nos uniformes, a CONTRATADA será notificada para proceder à substituição ou correção no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

**Parágrafo terceiro** – O recebimento definitivo somente ocorrerá após:

- a) a substituição de itens defeituosos ou em desacordo com o contrato;
- b) a comprovação da conformidade integral do objeto fornecido;
- c) a emissão do atesto pelo fiscal do contrato.

**Parágrafo quarto** – A recusa no recebimento poderá ocorrer quando:

- I – os uniformes não atenderem às especificações e padrões estabelecidos;
- II – houver divergência nas quantidades entregues;
- III – forem constatados vícios aparentes ou ocultos que comprometam a utilização dos produtos.

**Parágrafo quinto** – O atesto do recebimento definitivo é condição indispensável para a liquidação da despesa e consequente pagamento à CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

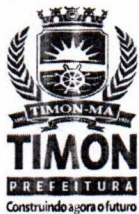
**Parágrafo primeiro** – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como a execução irregular do objeto contratual, sujeitará a empresa às seguintes sanções, observado o contraditório e a ampla defesa:

- I – Advertência:** por faltas de pequena gravidade ou descumprimentos formais, sem prejuízo ao interesse público, para que não se repitam;
- II – Multa:** aplicada de acordo com os percentuais estabelecidos neste contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e da possibilidade de rescisão contratual;
- III – Impedimento de licitar e contratar:** com a Administração Pública, pelo prazo de até **03 (três) anos**, nos termos do art. 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- IV – Declaração de inidoneidade:** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei.

**Parágrafo segundo** – As multas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente às demais sanções, nos seguintes termos:

- a) **Multa moratória:** de até **0,5% (meio por cento)** sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado na execução;
- b) **Multa compensatória:** de até **10% (dez por cento)** sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

PROC. Nº 4757125  
FLS. 71  
RUBRICA 49

**Parágrafo terceiro** – A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula não exclui a responsabilidade civil e criminal da CONTRATADA por eventuais danos causados à Administração Pública.

**Parágrafo quarto** – As sanções administrativas previstas poderão ser registradas no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e nos sistemas eletrônicos de controle da Administração, conforme art. 174 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo quinto** – O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou cobrado judicialmente, quando for o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**Parágrafo primeiro** – Os recursos orçamentários para execução do objeto do presente instrumento são constantes na Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2025 e disponíveis no Orçamento do Município, informado pelo Departamento de Contabilidade, conforme a seguir:

**Fonte de Recurso:** \_\_\_\_\_

**Funcional Programática:** \_\_\_\_\_

**Elemento de Despesa:** \_\_\_\_\_

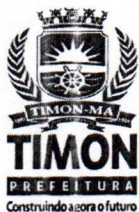
**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

**Parágrafo primeiro** – Após a assinatura do Contrato o pagamento dos serviços será efetuado da seguinte forma:

a) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura do ateste que formalizar o recebimento dos serviços, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Contratada, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Cópia da respectiva Ordem de Fornecimento ou Serviço;
- b) Cópia da Nota de Empenho;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos, junto à Fazenda Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débitos de FGTS-CRF;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
**Secretaria Municipal de Educação – SEMED**

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 72  
RUBRICA [assinatura]

- b) A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pela Comissão de Fiscalização responsável pelo recebimento dos serviços, que também deverá conferir toda a documentação exigida.
- c) O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.
- d) Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado para pagamento, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
- e) Em caso de irregularidade, o pagamento será suspenso até que sejam sanadas as pendências, sem ônus para a Contratante. Não serão efetuados, também, quaisquer pagamentos à Contratada enquanto houver inadimplência contratual.
- f) Administração se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- g) A Administração poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

**Parágrafo primeiro** – O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**Parágrafo segundo** - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo terceiro** - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**Parágrafo quarto** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

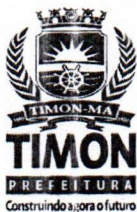
**a)** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**Parágrafo quinto** - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Indenizações e multas.

**Parágrafo sexto** - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
**Secretaria Municipal de Educação – SEMED**

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 73  
RUBRICA *CR*

**Parágrafo sétimo** - O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a Contratada tenha direito a qualquer indenização quando:

- a) Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas
- b) Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia ou expressa anuência da Contratante.

**Parágrafo oitavo** - O presente contrato também poderá ser rescindido por mútuo acordo, quando atendidas às conveniências do Município e o interesse público, bem como a disponibilidade de recursos financeiros, tendo a Contratada o direito a receber da Contratante o valor correspondente à execução efetuada até aquela data.

**Parágrafo nono** - A Contratante reserva-se o direito de, no caso de não cumprimento do contrato a contendo, transferi-lo a terceiros ou a executá-lo diretamente, sem que a Contratada caiba qualquer recurso judicial ou extrajudicial.

**Parágrafo décimo primeiro** - Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior (em razão de acontecimentos imprevisíveis e inevitáveis), as partes não poderão ser responsabilizadas pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais. Neste caso, a parte impossibilitada de cumpri-las deverá informar a outra de imediato, por escrito, da ocorrência do referido evento, sendo possível a resolução por negociação entre as partes e parecer jurídico.

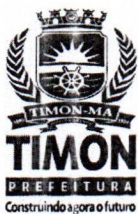
**Parágrafo décimo segundo** – Em Situações de emergência ou calamidade pública como da Covid-19, a priori, podem ser considerados um motivo de força maior que possa gerar um empecilho para o cumprimento das obrigações previstas no contrato, seja de forma temporária ou definitiva.

**Parágrafo décimo terceiro** - Caso essas situações resultem em significativo impacto nas operações de determinada parte, é necessário haver a devida comprovação da relação direta do evento imprevisível com os efeitos que deram causa ao inadimplemento ou desequilíbrio contratual, como a perda de faturamento ou o fechamento de estabelecimentos determinadas pelo poder público, entre outras provas substanciais.

**Parágrafo décimo quarto** - O presente contrato será rescindido unilateralmente Por ambas as partes quando pertinente. A rescisão será precedida de notificação prévia, observando-se os prazos e requisitos estabelecidos na legislação vigente, a fim de assegurar à Contratada a devida ciência do encerramento contratual e a adoção das providências cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DO GESTOR E FISCAL DE CONTRATO**





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
**Secretaria Municipal de Educação – SEMED**

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 74  
RUBRICA [assinatura]

**Parágrafo primeiro** – Na Lei nº 14.133/2021, gestor e fiscal de contratos são funções distintas, porém complementares, na gestão de contratos administrativos. O gestor é responsável pela coordenação geral do contrato, enquanto o fiscal acompanha e verifica a execução técnica e operacional do contrato. Ambos são designados por meio de portaria e devem possuir qualificação para suas respectivas atribuições.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

**Parágrafo primeiro** – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo segundo** - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

**Parágrafo terceiro** - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**Subcláusula quarto** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

**Parágrafo primeiro** – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e no Diário Oficial do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LGPD**

**Parágrafo primeiro** - As partes contratantes, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), comprometem-se a respeitar e proteger a privacidade e a segurança dos dados pessoais que possam ser tratados em decorrência deste contrato.

**Parágrafo segundo** - Os dados pessoais coletados serão utilizados exclusivamente para a execução e gestão do presente contrato, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento das obrigações contratuais e legais, comunicação entre as partes e a realização de pagamentos.

**Parágrafo terceiro** - As partes declaram que possuem o consentimento necessário para o tratamento dos dados pessoais, quando aplicável, e que informaram os titulares sobre a coleta e o uso dos seus dados, conforme exigido pela legislação vigente.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 75  
RUBRICA *OK*

**Parágrafo quarto** - As partes se comprometem a adotar as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos, perdas ou outras formas de tratamento inadequado ou ilícito.

**Parágrafo quinto** - As partes reconhecem e respeitam os direitos dos titulares dos dados, conforme previsto na Lei nº 13.709/2018, incluindo, mas não se limitando, ao direito de acesso, correção, exclusão e portabilidade dos dados pessoais.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Parágrafo primeiro** - O presente contrato é celebrado em caráter irretratável, irrevogável e intransferível, obrigando-se as partes ao seu cumprimento vinculado ao processo administrativo nº 02990/2025, que originou a Dispensa de licitação \_\_\_\_\_ – SEMED.

**Parágrafo segundo** - Aplicam-se ao presente contrato as disposições constantes da Lei 14.133/2021 e suas alterações; e em caso de omissão, os preceitos de direito público, direito civil e a teoria geral dos contratos.

**Parágrafo terceiro** - Declaramos partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado:

**Parágrafo quarto** - Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

**Parágrafo primeiro** - Fica eleito o foro da cidade de Timon/MA, para dirimir todas as questões oriundas deste contrato não resolvidas na esfera administrativa, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Parágrafo segundo** - E assim, por estarem justas combinadas e contratadas, as partes assinam este instrumento em duas (02) vias de igual teor, na presença das testemunhas, que também o assinam.

Timon/MA, \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*\*

\_\_\_\_\_  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratada

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 76  
RUBRICA AM

OFÍCIO Nº 1220/2025 – GAB/SEMED

Timon (MA), 17 de setembro de 2025.

Ilma. Sr.<sup>a</sup>

**Rosânia Francisca Medina Costa**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Prezada Senhora,

Estamos encaminhando a V. S.<sup>a</sup> o processo licitatório na modalidade Dispensa de licitação nº 008/2025 – SEMED Processo Administrativo nº 4757/2025, cujo objeto é o fornecimento de uniformes para O Projeto Bombeiros Mirins Timon-MA, conforme detalhamento no Aviso de Dispensa e seus anexos, conforme as quantidades, especificações e condições constantes no termo de referência, para caso venha aprovar e em conformidade com a Lei nº 14.133/21, seja emitido o parecer jurídico e encaminhado a Procuradoria Geral para que seja homologado o parecer.

Ao final solicitamos que seja reencaminhado para a Secretária Municipal de Educação – SEMED para que seja providenciado os atos finais do processo.

Aproveito a ocasião para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Cristina de Castro  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria Nº 0458/2025-GP  
CPF: 610.802.091-15

**ANA CRISTINA DE CASTRO**  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria nº 0458/2025 – GP





**Parecer nº 236/2025**

**Processo Administrativo Nº 4757/2025**

**Modalidade: Dispensa Nº 008/2025- SEMED**

**Origem: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**

**ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes padronizados para o projeto dos Bombeiros Mirins de Timon – MA.**

### **I-DO OBJETO**

Trata-se o presente procedimento de dispensa de licitação para Contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes padronizados destinados aos participantes do Projeto Bombeiros Mirins de Timon – MA, programa socioeducativo que visa a formação cidadã, disciplinar e social de crianças e adolescentes do município.

### **II-RELATORIO**

Vieram nos autos do processo em epígrafe a esta Assessoria para análise, o que recebemos com o fim de apresentar orientações técnicas a luz da lei nº 14.133/21.

Verifica-se nos autos que:

1. O Documento de Formalização de Demanda-DFD com a justificativa da necessidade de contratação, resultados a serem alcançados;
2. Estudo técnico preliminar;
3. Cotações
4. Justificativa de modalidade;
5. Justificativa de Preço;
6. Termo de Referência;
7. Minuta do contrato;
8. Habilitação;
9. Solicitação de dotação orçamentária;
10. Dotação Orçamentária;





11. Autorização de contratação;
- 12 . Solicitação de parecer jurídico;

No caso em análise, vem a Secretaria Municipal de Educação requerer a contratação em tela, nos termos acima expostos, motivo pelo qual apontam os autos nesta Assessoria Jurídica para análise jurídica, pela Administração Pública à luz da Constituição Federal nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.

Estes são os elementos e fatos presentes nos autos. Passemos às considerações legais sobre as contratações dos serviços aludidos pela Administração Pública à luz da Constituição Federal e da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.

Eis o relatório. Passa-se à análise jurídica.

### **III – FUNDAMENTAÇÃO**

Preambularmente, é importante destacar que a presente dispensa de licitação será nos termos da Lei no 14.133/21. A submissão das dispensas de licitações, na Lei 14.133/2021, possui amparo, respectivamente, em seu artigo 53, §1º, inciso I e II c/c o artigo 72, inciso III, que assim dispõem:

*“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*

*§1º - Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*

*I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*

*II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica. ”*

*“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.*





Nesse sentido, a presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na nova Lei de licitações, em especial no que tange a possibilidade legal de contratação direta dos serviços, tendo por fundamento o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que, a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica “in abstracto”, ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração. Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. Acórdão 1492/2021 – TCU PLENÁRIO.

Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

*O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.*

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos.

Assim, se faz necessário o exame prévio, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma.

Por esse motivo, a Constituição Federal em seu artigo 37 estabelece que, a Administração Pública observará os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Já no que tange a inafastabilidade do procedimento licitatório, o inciso XXI do artigo retro mencionado assevera que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo





de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Desta feita, como previsto na norma superior, a realização do certame é a regra, contudo, a própria lei de licitações prevê situações em que é mais vantajoso para a Administração, a formalização da contratação direta, ou seja, sem que haja a necessidade do procedimento licitatório.

Assim, conforme previsão do Artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), com atualização dos valores através do Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, trouxe em seu texto a possibilidade de realizar dispensa de licitações para contratação que envolva valores até R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras.

Com efeito, conforme previsto na norma retro citada, os critérios se aplicam no caso em tela, uma vez que, consoante disposto no Artigo 75, inciso II, da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), é autorizado e está em harmonia com a lei a contratação direta no caso de outros serviços e compras, cujo valor seja de até R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto à pretensão, uma vez que o valor estimado para contratação é de R\$ 57.800,00 (Cinquenta e sete mil e oitocentos reais).

Assim, é preponderante caminhar, doravante, na linha da possibilidade de contratação direta dos serviços, desde que, o valor dispendido no exercício financeiro em curso, para custear a despesa, desde que o valor da contratação não ultrapasse o limite legal de R\$ 62.725,59, atualizado pelo Decreto nº 12.343/2024.

Nessa vereda, e seguindo a recomendação contida na nova lei de licitações, no sentido de que os pareceres jurídicos devam ser redigidos em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica, entendo ser perfeitamente possível a contratação direta dos serviços, através de dispensa de licitação, com fundamento na Nova Lei de Licitações, desde que observados os requisitos fixados no artigo 72, da Lei nº 14.133/21.

Inclusive cumpre recomendar também que, o ato que autorizar a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do





público em sítio eletrônico oficial, bem como ser divulgado no Diário Oficial dos Municípios por força do disposto no artigo 176, inciso I, da nova Lei de Licitações.

Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto à pretensão.

Destaca-se, ainda, que nos autos constam os documentos de formalização de demanda e termo de referência, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto requisitado.

Nota-se, ainda, que o valor a ser contratado está dentro do limite previsto na Nova Lei, e a realização de procedimento licitatório específico oneraria ainda mais os cofres públicos, haja vista que demandaria a utilização de pessoas, tempo e material para sua conclusão.

Da análise do dispositivo acima, pode-se chegar a uma conclusão fundamental no sentido de que, ao estabelecer a licitação como regra, o legislador buscou garantir que a licitação alcançasse suas finalidades essenciais, quais sejam, igualdade de tratamento entre os diversos interessados em contratar com a administração pública, somada à possibilidade de escolher dentre as ofertas apresentadas, aquela que for mais vantajosa ao interesse público.

Na linha de raciocínio aqui sufragada, constata-se que, para haver respaldo legal, a contratação direta deve se basear em justificativas. A justificativa de Dispensa de Licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no inciso II, do artigo 75, da Lei 14.133/2021.

Como já citado acima, o intuito da dispensa de licitação é dar celeridade às contratações indispensáveis para restabelecer a normalidade.

Além disso, a contratação direta não significa burlar aos princípios administrativos, pois a Lei exige que o contrato somente seja celebrado, após procedimento simplificado de concorrência, suficiente para justificar a escolha do contratado, de modo a garantir uma disputa entre potenciais fornecedores.

Entretanto, conforme previsto no artigo 75, § 3º, da Nova Lei, as contratações diretas, pelo valor, serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Assim, para obter preços mais vantajosos dos serviços requisitados, faz-se necessário que a Administração dê publicidade à intenção de realizar contratação com a divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.





#### IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal interessada, bem como a natureza do objeto a ser contratado pela via direta, e o atendimento ao que dispõe a legislação que rege a matéria, opina-se pela viabilidade jurídica da Dispensa da licitação pretendida, **com fulcro no art. art. 75.II, da Lei nº 14.133/2021.**

APROVO A MINUTA DO CONTRATO DE DISPENSA nos termos do artigo 75. II da Lei 14.133/2021, a ser firmado com **ANDREIA FRANÇA DE PAULA**, proprietária da **DUDA TUCA ATELIÊ**, CNPJ 51.635.096/0001-03, por Dispensa de licitação.

Verifico que quanto aos aspectos jurídico-formais, não há óbice legal quanto ao prosseguimento do procedimento de Dispensa para a pretendida contratação, desde que seguidas as orientações acima, na forma da Minuta de Edital, Termo de Referência e anexos, as quais foram elaboradas em consonância com a legislação disciplinadora da matéria.

Encaminha-se os presentes autos, para ratificação, nos termos do art. 72 da Lei 14.133/2021.

Eis o parecer,

Salvo melhor entendimento.

Timon(MA), 18 de setembro de 2025.

Cariane Gomes Assunção

**Cariane Gomes Assunção**  
**Assessora Especial Superior**  
Portaria Nº 902025-GP  
OAB/PI 10.588



OFÍCIO Nº 520/2025

Timon-MA, 18 de Setembro de 2025.

Assunto: Homologação de parecer Jurídico nº 236/2025

Senhora Procuradora Geral,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminhamos para apreciação e homologação o parecer jurídico referente ao processo nº 4757/2025 – SEMED, cujo objeto é procedimento Dispensa de licitação nº 008/2025, para contratação de empresa para fornecimento de uniformes padronizados destinados aos participantes do projeto Bombeiros Mirins de Timon – MA.

Após análise da documentação pertinente e da regularidade do procedimento, constatamos que o presente processo encontra-se em conformidade com os preceitos legais e normativos aplicáveis, estando apto para homologação por essa Procuradoria-Geral do Município.

Diante do exposto, solicitamos a manifestação dessa Procuradoria quanto à legalidade do ato e, se for o caso, a homologação do parecer para prosseguimento ao processo.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,




**Rosânia Francisca Medina Costa**  
Presidente da CPL  
PORTARIA Nº 082/2025  
**Rosânia Francisca Medina Costa**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL  
PORTARIA 082/2025-GP





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON  
Procuradoria Geral do Município – PGM

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 84  
RUBRICA   
timon.ma.gov.br

OFÍCIO Nº 1873/2025/PGM

Timon (MA), 19 de setembro de 2025.

Senhora

Rosânia Francisca Medina Costa

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Comissão Permanente de Licitação (CPL)

Resposta ao Ofício Nº 520/2025/CPL

**Assunto: Homologação de Parecer Jurídico Nº 236/2025/CPL**

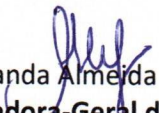
A Assessoria Jurídica da CPL emitiu o Parecer Jurídico Nº 236/2025/CPL, referente ao Processo Nº 4757/2025/SEMED, que tem como objeto o procedimento de **Dispensa de licitação Nº 008/2025, para contratação de empresa especializada em fornecimento de uniformes para o Projeto dos Bombeiros Mirins de Timon (MA) (Programa socioeducativo que visa a formação cidadã, disciplina e social de crianças e adolescentes do município).**

À luz das considerações do parecerista e o forte embasamento jurídico das normas e princípios jurídicos vigentes, esta Procuradora Geral do Município de Timon, no exercício de suas funções, **HOMOLOGA** o referido Parecer, segundo o art. 27, da Lei Municipal Nº 1892/2013 c/c o art. 3º, IX e art. 6º, caput, da LC Municipal 020/2012.

Portanto, o Parecer Jurídico ora homologado deve ser utilizado para as devidas providências no âmbito do Órgão e demais setores envolvidos.

Reitero disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

  
Amanda Almeida Waquim  
Procuradora-Geral do Município  
Portaria Nº 087/2025/GP





**TIMON**  
PREFEITURA

Construindo  
agora o futuro

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PROC. Nº 4757/25

FLS. 85

RUBRICA

timon.ma.gov.br

OFÍCIO Nº 546/2025 – CPL

Timon – MA, 19 de setembro de 2025.

ORGÃO DE DESTINO: Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

ASSUNTO: Despacho de Processo com a Homologação de Parecer Jurídico.

Senhora Secretária,

Encaminho, por meio deste, o presente processo, informando que **segue a homologação do parecer jurídico** emitido, para que sejam adotadas as **demais providências cabíveis**, conforme previsto nas normas institucionais.

Solicito que as ações subsequentes sejam realizadas com a devida brevidade, garantindo o cumprimento dos trâmites legais e administrativos pertinentes.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
**Rosânia Francisca Medina Costa**  
Presidente da CPL.  
Portaria nº 082/2025



**ASSUNTO:** DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025 – SEMED  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO** Nº 04757/2025 – SEMED  
**OBJETO:**

**ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

De acordo com o procedimento de Dispensa de Licitação em epígrafe, objetivando o Fornecimento de uniformes para o projeto dos Bombeiros Mirins Timon-MA para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, **ADJUDICO e HOMOLOGO** o seu objeto no valor global de R\$ 57.800,00 (Cinquenta e sete mil e oitocentos reais), em favor da empresa **ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ)** inscrita no CNPJ Nº **51.635.096/0001-03**, conforme proposta e justificativas anexadas ao presente procedimento, fundamentado no art. 75, inc. II da Lei n.º 14.133/2021 e autuado no processo administrativo.

Encaminhem-se os autos ao setor competente para elaboração do contrato e demais providências cabíveis.

Timon (MA), 06 de outubro de 2025.

  
Isadora K. de Araújo Rodrigues  
Secretária de Educação  
Portaria: 0749/2025-GP  
CPF: 054.622.363-01

**ISADORA KAMILLA DE ARAÚJO RODRIGUES**  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria nº 0749/2025-GP





**Art.2º** - Estabelecer que, caberá ao Fiscal do Contrato verificar a efetiva prestação dos serviços, atestar em Nota Fiscal/Fatura e elaborar os respectivos relatórios de fiscalização, bem como caberá ao gestor do contrato realizar a fiscalização administrativa do respectivo instrumento.

**Art.3º** - Esta portaria entra em vigor a partir de 08 de outubro de 2025.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**PORTARIA Nº 0757/2025 – GAB/SEMED TIMON-MA, 16 DE OUTUBRO DE 2025.**

*Dispõe sobre a designação de Servidores para exercerem a gestão e a fiscalização do contrato abaixo relacionados oriundos da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.*

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMON, ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1892, de 17 de dezembro de 2013, com as alterações da Lei Complementar nº 064, de 17 de janeiro de 2025;

Considerando a Lei nº 14.133/21, no seu art. 104, inciso III e art. 117, que prevê a necessidade de representante da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das contratações/contratos celebrados (as) pela Administração Pública;

Considerando que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

#### **RESOLVE**

**Art. 1º**- Designar, em consonância com o estabelecido no artigo art. 104, inciso III e art. 117 da Lei nº 14.133/21, os servidores adiante identificados, sem prejuízo das atribuições anteriores, para exercerem as funções de gestor e fiscal, com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução e conferir demais documentos relativos às despesas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação no que for relacionado aos **Contratos abaixo relacionados** firmado com a empresa a seguir:

Nº Contrato	Contratada
056-A/2025- SEMED 056/2025- FUNDEB	MORIAH EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.

Matrícula	Servidor
2200804-1	RICARDO SILVA DE FREITAS - GESTOR.
2205734	SARA FERNANDA RIBEIRO DE LUCENA – FISCAL ADMINISTRATIVA.

**Art.2º** - Estabelecer que, caberá ao Fiscal administrativo auxiliará o gestor do contrato no acompanhamento e fiscalização do contrato, ficando sob sua responsabilidade o registro de ocorrências e o acompanhamento da vigência do contrato, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, se necessário.

**Art.3º** - Esta portaria tem efeitos retroativos a 19 de setembro de 2025.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário a Portaria nº 0644/2025

#### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO MUNICÍPIO DE TIMON-ESTADO DO MARANHÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04757/2025 – SEMED**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

**Ato:** A Secretária Municipal de Educação de Timon – MA, no uso de suas atribuições legais, resolve **HOMOLOGAR/ADJUDICAR** do resultado do processo licitatório de contratação direta que tem como objeto o Fornecimento de uniformes para o projeto dos Bombeiros Mirins Timon-MA, conforme detalhamento do Estudo Técnico Preliminar em favor da empresa **ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ)** inscrita no CNPJ Nº 51.635.096/0001-03, com o valor total de R\$ 57.800,00 (Cinquenta e sete mil e oitocentos reais). **Assinatura:** 06 de outubro de 2025.

#### **EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO**

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**CONTRATO Nº 088/2025 - SEMED**

**Processo Administrativo Nº 04757/2025 – SEMED.**

**Interessado:** Município de Timon-MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação de Timon

**Fundamentação Legal:** Art. 75, II da Lei nº. 14.133/2021.

**Dispensa de Licitação nº 008/2025.**

**Objeto:** Fornecimento de uniformes para o projeto dos Bombeiros Mirins Timon-MA.

**Contratante:** Secretaria Municipal de Educação de Timon.

**Contratada:** **ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ)**, inscrita no CNPJ sob o nº 51.635.096/0001-03.

**Valor total:** de R\$ 57.800,00(Cinquenta e sete mil reais e oitocentos centavos).

**Dotação Orçamentária:**

**Fonte de Recurso:** PRÓPRIO - 500

**Funcional Programática:** 12.361.1014.2221.000 – Distribuição de material didático e fardamento fundamental.

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.32.00 – material, bem ou serviço de distribuição

**Data da assinatura:** 08/10/2025. **Vigência do Contrato:** até 31/12/2025.

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**Contrato nº 042/2025**

**Processo Administrativo nº 2002/2025 – FMS/SEMS**

**Fundamento:** Adesão a Ata de Registro de Preço-SRP nº 010/2025, por meio Pregão Eletrônico nº 010/2025, do município de Buriti dos Lopes-PI. Lei 14.133/2021. Decreto 055/2016 e Decreto Municipal nº 547/2024.

**Objeto:** Prestação de serviços na confecção de material gráfico para atender as necessidades administrativas, informativas e institucionais da Secretaria Municipal de Saúde.

**Contratante:** Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 11.410.879/0001-66.

**Contratado:** DIVULG GRÁFICA E EMBALAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.635.666/0001-70.

**Valor Estimado:** R\$ 1.503.620,00 (um milhão quinhentos e três mil seiscentos e vinte reais).

**Contrato Assinado em:** 01/10/2025

#### **EXTRATO DE TERMO DE CONVALIDAÇÃO**

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**ATO:** A Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no uso de suas atribuições legais, e, **Considerando** que constatamos ausência de publicação dos atos abaixo relacionados; **Considerando** que o fato não gera qualquer lesão ao interesse público ou de terceiros, uma vez que os respectivos procedimentos transcorreram na forma da lei; **Considerando** o poder-dever da Educação de convalidar os atos que não possuam vícios insanáveis, como os de objeto, motivo e finalidade, nem mesmo prejuízo aos direitos de terceiros, conforme determina o art. 55 da Lei nº. 9.784/99 – Lei de Processo Administrativo da União, que autoriza a convalidação, pela própria Educação, de atos em que se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, nos quais sejam constatados apenas defeitos sanáveis, aplicável ao caso em referência: Fica **convalidado** o ato relativo à publicação do extrato de aditivo de contrato abaixo relacionado, devendo ocorrer as suas respectivas publicações, convalidação esta respaldada nos princípios da Administração Pública e na Lei Federal nº. 9.784/99. Timon/MA 20 de outubro de 2025.

#### **EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO**

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**Terceiro Aditivo ao Contrato nº 043/2024.**

**Processo Administrativo nº 04223/2025.**

**Pregão Eletrônico nº 048/2023.**

**Fundamentação:** Lei nº 8.666/93

**Ato:** O presente Aditivo destina-se à Reajuste de valor do Contrato nº 043/2024.

**Objeto:** Formalização do 3º Termo Aditivo de Reajuste de valor ao Contrato nº 43/2024, oriundo do Pregão Eletrônico nº 048/2023, que tem por objeto a prestação de serviços manutenção em aparelhos de ar-condicionado tipo split, geladeira, freezer e bebedouro para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, conforme cláusula contratual específica e nos termos da Lei nº 8.666/1993.

**Contratante:** Secretaria Municipal de Educação, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB

**Contratada:** HIPERFRIO MAGALHÃES LTDA, CNPJ Nº 23.724.465/0001-90.

**Data de Assinatura:** 13 de agosto de 2025.

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**ATO:** A Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no uso de suas atribuições legais, e, **Considerando** que constatamos ausência de publicação dos atos abaixo relacionados; **Considerando** que o fato não gera qualquer lesão ao interesse público ou de terceiros, uma vez que os respectivos procedimentos transcorreram na forma da lei; **Considerando** o poder-dever da Educação de convalidar os atos que não possuam vícios insanáveis, como os de objeto, motivo e finalidade, nem mesmo prejuízo aos direitos de terceiros, conforme determina o art. 55 da Lei nº. 9.784/99 – Lei de Processo Administrativo da União, que autoriza a convalidação, pela própria Educação, de atos em que se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, nos quais sejam constatados apenas defeitos sanáveis, aplicável ao caso em referência: Fica **convalidado** o ato relativo à publicação do extrato de aditivo de contrato abaixo relacionado, devendo ocorrer as suas respectivas publicações, convalidação esta respaldada nos princípios da Administração Pública e na Lei Federal nº. 9.784/99. Timon/MA 20 de outubro de 2025.

#### **EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO**

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**Primeiro Aditivo ao Contrato nº 078/2024.**

**Processo Administrativo nº 03040/2025.**

**Pregão Eletrônico nº 005/2023/SEAD.**

**Fundamentação:** Lei nº 8.666/93

**Ato:** O presente Aditivo destina-se à Reajuste de valor (25%) e de prazo do Contrato nº 078/2024 por mais 12 (doze) meses.





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
Secretaria Municipal de Educação – SEMED

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 88  
NCA [assinatura]

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº0088/2025 - SEMED**

**CONTRATO Nº PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA O PROJETO BOMBEIROS MIRINS TIMON-MA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIMON- SEMED, E A EMPRESA ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ) .**

O **MUNICÍPIO DE TIMON**, pessoa jurídica de direito público interno, regularmente inscrita no **CNPJ sob o nº 06.115.307/0001-14**, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, sediada na Praça São José, s/n, centro, **por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, sediada na Rua Maria Carlos da Silva, s/n, Parque Piauí, CEP 65630-078, inscrita no **CNPJ sob nº 02.422.952/0001-29**, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Sr<sup>a</sup>. Secretária Municipal de Educação, **ISADORA KAMILLA DE ARAÚJO RODRIGUES**, brasileira, nomeada através da Portaria nº 0749/2025-GP, residente neste município, doravante denominado simplesmente **Contratante**, e a empresa **ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ)** inscrita no **CNPJ Nº 51.635.096/0001-03**, sediada na **Rua Henrique Pereira de Sousa, nº 965/A, Bairro Parque Piaui I, Timon - MA**, neste ato representado pelo Sr. **ANDREIA FRANCA DE PAULA**, portador da Carteira de Identidade nº 2799217 – SSP/PI, inscrito no CPF nº 044.392.613-10, doravante denominada **Contratada**, em observância às disposições do Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e considerando o que constam na **Dispensa de Licitação nº 008/2025 do Processo administrativo nº 04757/2025 – SEMED**, celebram o presente Termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, QUANTIDADE E PREÇOS**

**Parágrafo primeiro** – Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de uniformes padronizados destinados ao Projeto Bombeiros Mirins – Timon/MA, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes no Termo de Referência e proposta da Contratada, parte integrante deste instrumento.

**Parágrafo segundo** – Integram este contrato, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- A Proposta da Contratada;
- A Autorização da Contratação Direta (Dispensa de Licitação);

Eventuais anexos e documentos correlatos **DESCRIÇÃO DO OBJETO CONTRATADO:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Camisa de manga curta (malha fria, cor vermelha, personalizada com logomarca e brasão)	400	R\$ 29,00	R\$ 11.600,00
02	Camisa regata para Educação Física (malha fria, vermelha, personalizada)	400	R\$ 26,00	R\$ 10.400,00

[Assinatura]



03	Calça em tadel (vermelha, elástico e cordão, bolsos laterais, costura reforçada)	400	R\$ 59,50	R\$ 23.800,00
04	Boné (microfibrã, aba curva, cor vermelha, personalizado)	400	R\$ 30,00	R\$ 12.000,00
VALOR TOTAL GERAL(Cinquenta e sete mil e oitocentos reais)				R\$ 57.800,00

**Parágrafo terceiro** – O valor global do presente contrato é de **R\$ 57.800,00**(Cinquenta e sete mil e oitocentos reais), nos termos da proposta da Contratada e do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Parágrafo primeiro** – A Contratada deverá confeccionar e entregar os uniformes em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada, correndo por sua conta todos os custos com confecção, personalização, embalagem, transporte, tributos e demais encargos necessários ao perfeito cumprimento do objeto.

**Parágrafo segundo** – A entrega dos uniformes deverá ocorrer de forma integral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de fornecimento, salvo disposição diversa acordada entre as partes.

**Parágrafo terceiro** – O local de entrega será o endereço do Projeto Bombeiros Mirins – Timon/MA ou outro que venha a ser indicado oficialmente pela Administração.

**Parágrafo quarto** – Todos os uniformes deverão ser confeccionados em materiais de primeira qualidade, novos, sem uso anterior, devendo observar rigorosamente a padronização cromática (vermelho bombeiro), a personalização em sublimação de alta definição e as demais características técnicas previstas.

**Parágrafo quinto** – É de inteira responsabilidade da Contratada a substituição imediata de peças entregues com defeito de fabricação, avarias ou divergências em relação às especificações, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

**Parágrafo sexto** – O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas: I – Recebimento definitivo, após inspeção técnica e emissão de termo de aceite pelo fiscal do contrato.


#### **CLÁUSULA TERCEIRA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**Parágrafo primeiro** – O presente contrato é celebrado com base:

- no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, que autoriza a dispensa de licitação para contratações de pequeno valor (até R\$ 50.000,00 para compras e serviços comuns);
- no **Processo Administrativo nº 4757/2025**, que contém a instrução processual completa, incluindo Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Pesquisa de Preços, Documento de Formalização de Demanda e Justificativa de Dispensa de Licitação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA SUPERVISÃO.**

**Parágrafo primeiro** – A Contratada deverá indicar **01 (um) preposto** devidamente identificado, que será responsável por todas as ações administrativas e operacionais relacionadas ao fornecimento dos uniformes, incluindo acompanhamento da produção, controle de qualidade, prazos de entrega, substituição de peças defeituosas e comunicação direta com a Contratante.





**Parágrafo segundo** – O preposto designado atuará como representante da Contratada perante a Secretaria Municipal de Educação, devendo estar disponível para solucionar demandas, prestar informações e atender às solicitações do Gestor e dos Fiscais do Contrato.

**Parágrafo terceiro** – Caberá à Contratada manter canais de comunicação eficientes (telefone, e-mail, endereço físico) para contato imediato com o preposto, de modo a viabilizar pronta solução de eventuais ocorrências durante a execução contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**Parágrafo primeiro** - A CONTRATADA se obriga a cumprir integralmente o objeto contratado, observando as seguintes disposições:

##### **I – Qualidade e Conformidade:**

- a) Produzir e fornecer os uniformes em estrita conformidade com as especificações técnicas, modelos, cores, tecidos e padrões de personalização definidos no Termo de Referência e aceitos pela CONTRATANTE;
- b) Garantir que os uniformes sejam novos, de primeira qualidade, livres de defeitos de fabricação e adequados ao uso imediato;
- c) Assegurar a padronização das peças, obedecendo aos critérios de modelagem, costura, acabamento e personalização exigidos.

##### **II – Entrega e Prazos:**

- a) Entregar os uniformes no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** contados da emissão da Ordem de Fornecimento;
- b) Proceder à entrega no local indicado pela CONTRATANTE, em horário comercial e com aviso prévio de, no mínimo, 48 horas;
- c) Substituir, às suas expensas, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, quaisquer itens entregues em desacordo com as especificações ou que apresentem defeitos de fabricação.

##### **III – Garantia:**

- a) Garantir, pelo prazo mínimo de **90 (noventa) dias**, a qualidade dos uniformes contra eventuais defeitos de fabricação;
- b) Promover a substituição imediata dos itens que apresentarem vícios ou falhas durante o período de garantia, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

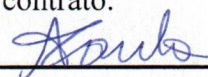
##### **IV – Obrigações Legais e Contratuais:**

- a) Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas na contratação, inclusive regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- b) Responsabilizar-se integralmente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados ao fornecimento dos uniformes, não cabendo qualquer solidariedade à CONTRATANTE;
- c) Respeitar integralmente as normas ambientais e de sustentabilidade aplicáveis à confecção e fornecimento dos materiais, minimizando impactos e utilizando, sempre que possível, práticas sustentáveis.

##### **V – Comunicação e Responsabilidade:**

- a) Indicar representante legal ou preposto com poderes suficientes para responder pela execução contratual, facilitar a comunicação e atender às solicitações da fiscalização;
- b) Atender prontamente às determinações e orientações do fiscal do contrato, realizando correções sempre que forem identificadas falhas;
- c) Manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações institucionais obtidas em razão da execução contratual.

**Parágrafo segundo** – O descumprimento total ou parcial das obrigações acima estabelecidas sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na legislação vigente e neste contrato.





**CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**Parágrafo primeiro** - A CONTRATANTE se compromete a cumprir com as seguintes obrigações, visando à adequada execução do contrato:

**I – Condições para a Execução:**

- a) )Fornecer à CONTRATADA todas as informações e documentos necessários à correta confecção e personalização dos uniformes, incluindo logotipos, cores institucionais e demais padrões visuais exigidos;
- b) Definir, previamente, os locais de entrega e armazenagem dos materiais, garantindo acesso e condições adequadas para recebimento;
- c) Emitir, de forma tempestiva, a Ordem de Fornecimento que autorizará o início da produção e entrega dos uniformes.

**II – Acompanhamento e Fiscalização:**

- a) Designar formalmente fiscal ou comissão de acompanhamento para supervisionar a execução contratual, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Acompanhar o fornecimento dos uniformes, verificando sua conformidade com as especificações técnicas e quantitativos contratados;
- c) Atestar as Notas Fiscais apenas após a comprovação da entrega e aceitação dos itens em conformidade com o contrato.

**III – Obrigações Financeiras:**

- a) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA de acordo com as condições, prazos e valores estabelecidos neste instrumento;
- b) Garantir a disponibilidade orçamentária e financeira necessária à cobertura das despesas decorrentes do presente contrato, observando as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- c) Realizar os pagamentos em até **30 (trinta) dias corridos** após o recebimento definitivo dos uniformes e apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada.

**IV – Comunicação e Apoio:**

- a) Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;
- b) Comunicar, formalmente e em tempo hábil, quaisquer ocorrências que possam impactar na execução contratual;
- c) Não criar obstáculos injustificados à execução dos serviços, assegurando à CONTRATADA as condições para o cumprimento das obrigações assumidas.

**V – Responsabilidade Institucional:**

- a) Garantir que as especificações técnicas e quantidades solicitadas estejam alinhadas às necessidades reais do Projeto Bombeiros Mirins – Timon/MA;
- b) Assegurar que a contratação e a execução do presente contrato observem os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- c) Manter atualizados todos os registros administrativos referentes ao contrato, garantindo a sua plena transparência e disponibilização em meios oficiais.

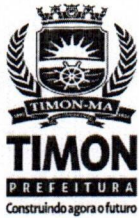
**Parágrafo segundo** – O descumprimento injustificado das obrigações acima sujeitará a CONTRATANTE às responsabilidades previstas em lei, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados à CONTRATADA.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**Parágrafo primeiro** - O prazo de execução dos serviços a serem contratados serão contados do recebimento da Ordem de Serviço. A vigência do contrato se dará até 31 de dezembro de 2025,

*Assinatura*





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
**Secretaria Municipal de Educação – SEMED**

PROC. Nº 4357/25  
FLS. 92  
RUBRICA [assinatura]

contados da data de assinatura, improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**Parágrafo primeiro** - É vedada à CONTRATADA a subcontratação total do objeto, bem como a cessão ou transferência, no todo ou em parte, dos direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

**Parágrafo segundo** – A subcontratação parcial de serviços ou fornecimentos somente poderá ocorrer em caráter excepcional, desde que:

- I – previamente justificada pela CONTRATADA;
- II – aprovada pela CONTRATANTE por escrito;
- III – não comprometa a padronização, qualidade, prazos e demais condições contratuais;
- IV – seja limitada a etapas acessórias, nunca ao objeto principal.

**Parágrafo terceiro** – A cessão ou transferência de direitos e obrigações, quando autorizada, dependerá de:

- a) manifestação formal e expressa da CONTRATANTE;
- b) comprovação documental de que a empresa cessionária ou sucessora cumpre todas as condições de habilitação exigidas na contratação;
- c) análise da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa indicada.

**Parágrafo quarto** – A autorização da CONTRATANTE não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades perante a Administração, permanecendo esta solidariamente responsável pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais.

**Parágrafo quinto** – O descumprimento das disposições desta cláusula sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas neste contrato e na legislação vigente, incluindo a possibilidade de rescisão contratual, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA NONA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**Parágrafo primeiro** – A execução do presente contrato será acompanhada, controlada e fiscalizada pela CONTRATANTE, por intermédio de servidor(es) ou comissão especialmente designada para tal finalidade, mediante ato formal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo segundo** – Compete ao fiscal do contrato:

- I – acompanhar a entrega dos uniformes, verificando a conformidade com as especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos;
- II – registrar em relatórios todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, comunicando de imediato à autoridade competente eventuais irregularidades;
- III – rejeitar, total ou parcialmente, os materiais que não estejam em conformidade com o contrato, exigindo da CONTRATADA a devida substituição;
- IV – atestar as Notas Fiscais apenas após a verificação do cumprimento integral das condições estabelecidas;
- V – solicitar providências à CONTRATADA, fixando prazos para saneamento de falhas ou irregularidades identificadas.

**Parágrafo terceiro** – A atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade integral pela execução do objeto, tampouco transfere à Administração a responsabilidade por vícios ou defeitos de qualidade.

**Parágrafo quarto** – A fiscalização terá caráter permanente, devendo ser documentada em registros próprios, que integrarão o processo administrativo do contrato.

[assinatura]



**Parágrafo quinto** – A CONTRATADA se obriga a garantir livre acesso dos fiscais aos locais de produção, armazenagem e entrega dos uniformes, fornecendo todas as informações e documentos necessários à verificação da conformidade contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**Parágrafo primeiro** – O recebimento dos uniformes será efetuado em duas etapas, conforme dispõe o art. 141 da Lei nº 14.133/2021:

**I – Recebimento Provisório:** realizado no ato da entrega dos materiais, mediante conferência quantitativa e verificação inicial das condições aparentes, formalizado por meio de termo circunstanciado ou recibo, assinado pelo servidor responsável;

**II – Recebimento Definitivo:** realizado após a verificação da conformidade dos uniformes com as especificações técnicas, quantitativos e demais condições contratuais, formalizado por Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelo fiscal do contrato e pela autoridade competente.

**Parágrafo segundo** – Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos ou desconformidades nos uniformes, a CONTRATADA será notificada para proceder à substituição ou correção no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

**Parágrafo terceiro** – O recebimento definitivo somente ocorrerá após:

- a) a substituição de itens defeituosos ou em desacordo com o contrato;
- b) a comprovação da conformidade integral do objeto fornecido;
- c) a emissão do atesto pelo fiscal do contrato.

**Parágrafo quarto** – A recusa no recebimento poderá ocorrer quando:

I – os uniformes não atenderem às especificações e padrões estabelecidos;

II – houver divergência nas quantidades entregues;

III – forem constatados vícios aparentes ou ocultos que comprometam a utilização dos produtos.

**Parágrafo quinto** – O atesto do recebimento definitivo é condição indispensável para a liquidação da despesa e consequente pagamento à CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Parágrafo primeiro** – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como a execução irregular do objeto contratual, sujeitará a empresa às seguintes sanções, observado o contraditório e a ampla defesa:

**I – Advertência:** por faltas de pequena gravidade ou descumprimentos formais, sem prejuízo ao interesse público, para que não se repitam;

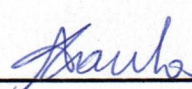
**II – Multa:** aplicada de acordo com os percentuais estabelecidos neste contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos e da possibilidade de rescisão contratual;

**III – Impedimento de licitar e contratar:** com a Administração Pública, pelo prazo de até **03 (três) anos**, nos termos do art. 156, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

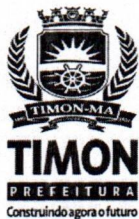
**IV – Declaração de inidoneidade:** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei.

**Parágrafo segundo** – As multas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente às demais sanções, nos seguintes termos:

- a) **Multa moratória:** de até **0,5% (meio por cento)** sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado na execução;
- b) **Multa compensatória:** de até **10% (dez por cento)** sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto.







**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
**Secretaria Municipal de Educação – SEMED**

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 94  
RUBRICA

**Parágrafo terceiro** – A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula não exclui a responsabilidade civil e criminal da CONTRATADA por eventuais danos causados à Administração Pública.

**Parágrafo quarto** – As sanções administrativas previstas poderão ser registradas no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e nos sistemas eletrônicos de controle da Administração, conforme art. 174 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo quinto** – O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou cobrado judicialmente, quando for o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**Parágrafo primeiro** – Os recursos orçamentários para execução do objeto do presente instrumento são constantes na Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2025 e disponíveis no Orçamento do Município, informado pelo Departamento de Contabilidade, conforme a seguir:

**Fonte de Recurso:** PRÓPRIO - 500

**Funcional Programática:** 12.361.1014.2221.000 – Distribuição de material didático e fardamento fundamental

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.32.00 – material, bem ou serviço de distribuição

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

**Parágrafo primeiro** – Após a assinatura do Contrato o pagamento dos serviços será efetuado da seguinte forma:

**a)** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura do ateste que formalizar o recebimento dos serviços, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Contratada, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Cópia da respectiva Ordem de Fornecimento ou Serviço;
- b) Cópia da Nota de Empenho;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos, junto à Fazenda Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débitos de FGTS-CRF;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT.

**b)** A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pela Comissão de Fiscalização responsável pelo recebimento dos serviços, que também deverá conferir toda a documentação exigida.

**c)** O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.

**d)** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado para pagamento, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

**e)** Em caso de irregularidade, o pagamento será suspenso até que sejam sanadas as pendências, sem ônus para a Contratante. Não serão efetuados, também, quaisquer pagamentos à Contratada enquanto houver inadimplência contratual.

**f)** Administração se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

**g)** A Administração poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

**Parágrafo primeiro** – O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**Parágrafo segundo** - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo terceiro** - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**Parágrafo quarto** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**a)** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**Parágrafo quinto** - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III. Indenizações e multas.

**Parágrafo sexto** - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**Parágrafo sétimo** - O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a Contratada tenha direito a qualquer indenização quando:

**a)** Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas

**b)** Transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia ou expressa anuência da Contratante.

**Parágrafo oitavo** - O presente contrato também poderá ser rescindido por mútuo acordo, quando atendidas às conveniências do Município e o interesse público, bem como a disponibilidade de recursos financeiros, tendo a Contratada o direito a receber da Contratante o valor correspondente à execução efetuada até aquela data.

**Parágrafo nono** - A Contratante reserva-se o direito de, no caso de não cumprimento do contrato a contento, transferi-lo a terceiros ou a executá-lo diretamente, sem que a Contratada caiba qualquer recurso judicial ou extrajudicial.

**Parágrafo décimo** - Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior (em razão de acontecimentos imprevisíveis e inevitáveis), as partes não poderão ser responsabilizadas pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais. Neste caso, a parte impossibilitada de cumpri-las deverá informar a outra de imediato, por escrito, da ocorrência do referido evento, sendo possível a resolução por negociação entre as partes e parecer jurídico.

**Parágrafo décimo primeiro** – Em Situações de emergência ou calamidade pública como da Covid-19, a priori, podem ser considerados um motivo de força maior que possa gerar um empecilho para o cumprimento das obrigações previstas no contrato, seja de forma temporária ou definitiva.

**Parágrafo décimo segundo** - Caso essas situações resultem em significativo impacto nas operações de determinada parte, é necessário haver a devida comprovação da relação direta do evento imprevisível com os efeitos que deram causa ao inadimplemento ou desequilíbrio contratual, como a perda de faturamento ou o fechamento de estabelecimentos determinadas pelo poder público, entre outras provas substanciais.

**Parágrafo décimo terceiro** - O presente contrato será rescindido unilateralmente Por ambas as partes quando pertinente. A rescisão será precedida de notificação prévia, observando-se os

*[Assinatura]*





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON**  
**Secretaria Municipal de Educação – SEMED**

PROC. Nº 4757/25  
FLS. 96  
PUBRICA

prazos e requisitos estabelecidos na legislação vigente, a fim de assegurar à Contratada a devida ciência do encerramento contratual e a adoção das providências cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DO GESTOR E FISCAL DE CONTRATO**

**Parágrafo primeiro** – Na Lei nº 14.133/2021, gestor e fiscal de contratos são funções distintas, porém complementares, na gestão de contratos administrativos. O gestor é responsável pela coordenação geral do contrato, enquanto o fiscal acompanha e verifica a execução técnica e operacional do contrato. Ambos são designados por meio de portaria e devem possuir qualificação para suas respectivas atribuições.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

**Parágrafo primeiro** – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo segundo** - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

**Parágrafo terceiro** - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**Subcláusula quarto** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

**Parágrafo primeiro** – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e no Diário Oficial do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LGPD**

**Parágrafo primeiro** - As partes contratantes, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), comprometem-se a respeitar e proteger a privacidade e a segurança dos dados pessoais que possam ser tratados em decorrência deste contrato.

**Parágrafo segundo** - Os dados pessoais coletados serão utilizados exclusivamente para a execução e gestão do presente contrato, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento das obrigações contratuais e legais, comunicação entre as partes e a realização de pagamentos.

**Parágrafo terceiro** - As partes declaram que possuem o consentimento necessário para o tratamento dos dados pessoais, quando aplicável, e que informaram os titulares sobre a coleta e o uso dos seus dados, conforme exigido pela legislação vigente.

**Parágrafo quarto** - As partes se comprometem a adotar as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos, perdas ou outras formas de tratamento inadequado ou ilícito.

**Parágrafo quinto** - As partes reconhecem e respeitam os direitos dos titulares dos dados, conforme previsto na Lei nº 13.709/2018, incluindo, mas não se limitando, ao direito de acesso, correção, exclusão e portabilidade dos dados pessoais.

*Handwritten signature*



**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Parágrafo primeiro** - O presente contrato é celebrado em caráter irrevogável, irrevogável e intransferível, obrigando-se as partes ao seu cumprimento vinculado ao processo administrativo nº 04757/2025, que originou a Dispensa de licitação nº 008/2025 – SEMED.

**Parágrafo segundo** - Aplicam-se ao presente contrato as disposições constantes da Lei 14.133/2021 e suas alterações; e em caso de omissão, os preceitos de direito público, direito civil e a teoria geral dos contratos.

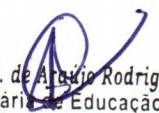
**Parágrafo terceiro** - Declaramos partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado:

**Parágrafo quarto** - Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

**Parágrafo primeiro** - Fica eleito o foro da cidade de Timon/MA, para dirimir todas as questões oriundas deste contrato não resolvidas na esfera administrativa, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

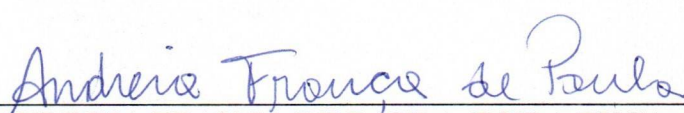
**Parágrafo segundo** - E assim, por estarem justas combinadas e contratadas, as partes assinam este instrumento em duas (02) vias de igual teor, na presença das testemunhas, que também o assinam.

  
Isadora K. de Araújo Rodrigues  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria: 0749/2025-GP  
CPF: 054.622.363-01

Timon/MA, 08 de outubro de 2025.

**ISADORA KAMILLA DE ARAÚJO RODRIGUES**

Secretária Municipal de Educação  
Portaria nº 0749/2025-GP  
CONTRATANTE

  
**ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ)**  
CNPJ Nº 51.635.096/0001-03  
CONTRATADA

Testemunhas:

- 1) Nome: Cláudio Raquel do Nascimento Veiros CPF: 026.008.963-09  
2) Nome: Guiana Silva de Oliveira CPF: 063.069.233-57





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

Ofício nº 16638/2025 - 7º BBM/CBM

Timon/MA, 29 de outubro de 2025.

A Sua Senhoria a Senhora

Isadora Kamilla de Araujo Rodrigues  
Secretaria Minicipal de Educação do Municipio de Timon

**Assunto:** Informação de mudança de uniforme do Projeto Bombeiro Mirim.

Senhora Secretaria,

Ao tempo em que cumprimento Vossa Senhoria, venho por meio deste informar a mudança de cor do uniforme dos alunos do Projeto Bombeiro Mirim, da cor vermelha para a cor laranja.

A mudança se justifica por:

- A cartilha do projeto bombeiro mirim, que dita como o programa deve ser executado em todo os municípios do estado do Maranhão, prevê que o uniforme dos alunos tem como cores: camiseta laranja e short vermelho, conforme imagem abaixo:





## Meninos e Meninas

- Calça cáqui com os bolsos laterais na cor laranja;
- Gândola cáqui com ombreira na cor laranja;
- Camiseta meia manga laranja;
- Gorro vermelho padronizado do projeto;
- Cinto cadarço vermelho com fivela dourada;
- Meia preta;
- Coturno preto.



## B - UNIFORME DE PASSEIO

- Calça de tãctel vermelha;
- Camisa laranja pólo com gola e borda da manga na cor vermelha;
- Gorro vermelho;
- Meia soquete branca;
- Tênis predominante preto.



## C - UNIFORME DE EDUCAÇÃO FÍSICA

### 1. Meninos:

Camiseta regata laranja;  
Calção vermelho (tãctel);  
Meia soquete branca;  
Tênis predominante preto

### 2. Meninas:

Camiseta meia manga laranja;  
Calção vermelho (côton/elãncã);  
Meia soquete branca;  
Tênis predominante preto



## D - PEÇAS DO UNIFORME



Brasão



Gorro (frente/verso)



Gorro (laterais)



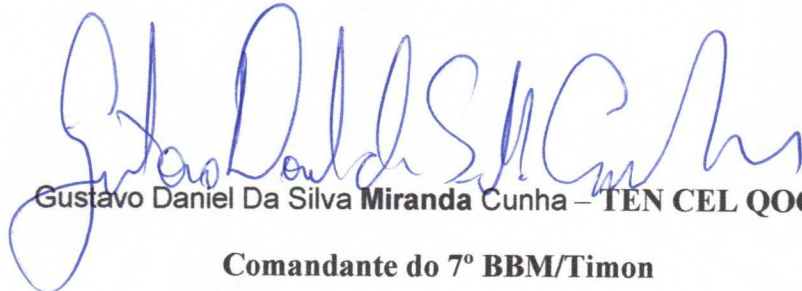
Camisa laranja pólo com gola e borda da manga na cor vermelha



- Os uniformes dos instrutores militares são da cor vermelha, o que se confundiria com a cor da camisa dos alunos caso a cor da camisa deles fossem a mesma;
- Não há mudança de custo na malharia quanto a alteração de cores.

Agradeço antecipadamente pela atenção e fico à disposição para fornecer quaisquer documentos ou informações adicionais que se façam necessários.

Respeitosamente,



Gustavo Daniel Da Silva **Miranda** Cunha – **TEN CEL QOCBM**  
**Comandante do 7º BBM/Timon**



**Art. 2º** - Estabelecer que, caberá ao Fiscal do Contrato verificar a efetiva prestação dos serviços, atestar em Nota Fiscal/Fatura e elaborar os respectivos relatórios de fiscalização, bem como caberá ao gestor do contrato realizar a fiscalização administrativa do respectivo instrumento.

**Art. 3º** - Esta portaria entra em vigor a partir de 08 de outubro de 2025.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**PORTARIA Nº 0757/2025 – GAB/SEMED TIMON-MA, 16 DE OUTUBRO DE 2025.**

*Dispõe sobre a designação de Servidores para exercerem a gestão e a fiscalização do contrato abaixo relacionados oriundos da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.*

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMON, ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1892, de 17 de dezembro de 2013, com as alterações da Lei Complementar nº 064, de 17 de janeiro de 2025;

**Considerando** a Lei nº 14.133/21, no seu art. 104, inciso III e art. 117, que prevê a necessidade de representante da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das contratações/contratos celebrados (as) pela Administração Pública;

**Considerando** que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

#### RESOLVE

**Art. 1º** - Designar, em consonância com o estabelecido no artigo art. 104, inciso III e art. 117 da Lei nº 14.133/21, os servidores adiante identificados, sem prejuízo das atribuições anteriores, para exercerem as funções de gestor e fiscal, com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução e conferir demais documentos relativos às despesas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação no que for relacionado aos **Contratos abaixo relacionados** firmado com a empresa a seguir:

Nº Contrato	Contratada
056-A/2025- SEMED 056/2025- FUNDEB	MORIAH EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.

Matrícula	Servidor
2200804-1	RICARDO SILVA DE FREITAS - GESTOR.
2205734	SARA FERNANDA RIBEIRO DE LUCENA – FISCAL ADMINISTRATIVA.

**Art. 2º** - Estabelecer que, caberá ao Fiscal administrativo auxiliará o gestor do contrato no acompanhamento e fiscalização do contrato, ficando sob sua responsabilidade o registro de ocorrências e o acompanhamento da vigência do contrato, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, se necessário.

**Art. 3º** - Esta portaria tem efeitos retroativos a 19 de setembro de 2025.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário a Portaria nº 0644/2025

#### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**MUNICÍPIO DE TIMON-ESTADO DO MARANHÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04757/2025 – SEMED**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

**Ato:** A Secretária Municipal de Educação de Timon – MA, no uso de suas atribuições legais, resolve **HOMOLOGAR/ADJUDICAR** do resultado do processo licitatório de contratação direta que tem como objeto o Fornecimento de uniformes para o projeto dos Bombeiros Mirins Timon-MA, conforme detalhamento do Estudo Técnico Preliminar em favor da empresa **ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ)** inscrita no CNPJ Nº 51.635.096/0001-03, com o valor total de R\$ 57.800,00 (Cinquenta e sete mil e oitocentos reais). **Assinatura:** 06 de outubro de 2025.

#### **EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO**

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**CONTRATO Nº 088/2025 - SEMED**

**Processo Administrativo nº 04757/2025 – SEMED.**

**Interessado:** Município de Timon-MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação de Timon

**Fundamentação Legal:** Art. 75, II da Lei nº. 14.133/2021.

**Dispensa de Licitação nº 008/2025.**

**Objeto:** Fornecimento de uniformes para o projeto dos Bombeiros Mirins Timon-MA.

**Contratante:** Secretaria Municipal de Educação de Timon.

**Contratada:** **ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ)**, inscrita no CNPJ sob o nº 51.635.096/0001-03.

**Valor total:** de R\$ 57.800,00(Cinquenta e sete mil reais e oitocentos centavos).

**Dotação Orçamentária:**

**Fonte de Recurso:** PRÓPRIO - 500

**Funcional Programática:** 12.361.1014.2221.000 – Distribuição de material didático e fardamento fundamental.

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.32.00 – material, bem ou serviço de distribuição

**Data da assinatura:** 08/10/2025. **Vigência do Contrato:** até 31/12/2025.

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**Contrato nº 042/2025**

**Processo Administrativo nº 2002/2025 – FMS/SEMS**

**Fundamento:** Adesão a Ata de Registro de Preço-SRP nº 010/2025, por meio Pregão Eletrônico nº 010/2025, do município de Buriti dos Lopes-PI. Lei 14.133/2021. Decreto 055/2016 e Decreto Municipal nº 547/2024.

**Objeto:** Prestação de serviços na confecção de material gráfico para atender as necessidades administrativas, informativas e institucionais da Secretaria Municipal de Saúde.

**Contratante:** Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 11.410.879/0001-66.

**Contratado:** DIVULG GRÁFICA E EMBALAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.635.666/0001-70.

**Valor Estimado:** R\$ 1.503.620,00 (um milhão quinhentos e três mil seiscentos e vinte reais).

**Contrato Assinado em:** 01/10/2025

#### **EXTRATO DE TERMO DE CONVALIDAÇÃO**

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**ATO:** A Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no uso de suas atribuições legais, e, **Considerando** que constatamos ausência de publicação dos atos abaixo relacionados; **Considerando** que o fato não gera qualquer lesão ao interesse público ou de terceiros, uma vez que os respectivos procedimentos transcorreram na forma da lei; **Considerando** o poder-dever da Educação de convalidar os atos que não possuam vícios insanáveis, como os de objeto, motivo e finalidade, nem mesmo prejuízo aos direitos de terceiros, conforme determina o art. 55 da Lei nº. 9.784/99 – Lei de Processo Administrativo da União, que autoriza a convalidação, pela própria Educação, de atos em que se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, nos quais sejam constatados apenas defeitos sanáveis, aplicável ao caso em referência: Fica **convalidado** o ato relativo à publicação do extrato de aditivo de contrato abaixo relacionado, devendo ocorrer as suas respectivas publicações, convalidação esta respaldada nos princípios da Administração Pública e na Lei Federal nº. 9.784/99. Timon/MA 20 de outubro de 2025.

#### **EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO**

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**Terceiro Aditivo ao Contrato nº 043/2024.**

**Processo Administrativo nº 04223/2025.**

**Pregão Eletrônico nº 048/2023.**

**Fundamentação:** Lei nº 8.666/93

**Ato:** O presente Aditivo destina-se à Reajuste de valor do Contrato nº 043/2024.

**Objeto:** Formalização do 3º Termo Aditivo de Reajuste de valor ao Contrato nº 43/2024, oriundo do Pregão Eletrônico nº 048/2023, que tem por objeto a prestação de serviços manutenção em aparelhos de ar-condicionado tipo split, geladeira, freezer e bebedouro para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, conforme cláusula contratual específica e nos termos da Lei nº 8.666/1993.

**Contratante:** Secretaria Municipal de Educação, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB

**Contratada:** HIPERFRIO MAGALHÃES LTDA, CNPJ Nº 23.724.465/0001-90.

**Data de Assinatura:** 13 de agosto de 2025.

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**ATO:** A Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no uso de suas atribuições legais, e, **Considerando** que constatamos ausência de publicação dos atos abaixo relacionados; **Considerando** que o fato não gera qualquer lesão ao interesse público ou de terceiros, uma vez que os respectivos procedimentos transcorreram na forma da lei; **Considerando** o poder-dever da Educação de convalidar os atos que não possuam vícios insanáveis, como os de objeto, motivo e finalidade, nem mesmo prejuízo aos direitos de terceiros, conforme determina o art. 55 da Lei nº. 9.784/99 – Lei de Processo Administrativo da União, que autoriza a convalidação, pela própria Educação, de atos em que se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, nos quais sejam constatados apenas defeitos sanáveis, aplicável ao caso em referência: Fica **convalidado** o ato relativo à publicação do extrato de aditivo de contrato abaixo relacionado, devendo ocorrer as suas respectivas publicações, convalidação esta respaldada nos princípios da Administração Pública e na Lei Federal nº. 9.784/99. Timon/MA 20 de outubro de 2025.

#### **EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO**

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**Primeiro Aditivo ao Contrato nº 078/2024.**

**Processo Administrativo nº 03040/2025.**

**Pregão Eletrônico nº 005/2023/SEAD.**

**Fundamentação:** Lei nº 8.666/93

**Ato:** O presente Aditivo destina-se à Reajuste de valor (25%) e de prazo do Contrato nº 078/2024 por mais 12 (doze) meses.



PORTARIA Nº 0730/2025 – GAB/SEMED

TIMON-MA, 08 DE OUTUBRO DE 2025.

*Dispõe sobre a designação de Servidores para exercerem a gestão e a fiscalização do Contrato nº 088/2025 da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.*

**A SECRETÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMON, ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1892, de 17 de dezembro de 2013, com as alterações da Lei Complementar nº 064, de 17 de janeiro de 2025;

**Considerando** a Lei nº 14.133/21, no seu art. 104, inciso III e art. 117, que prevê a necessidade de representante da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das contratações/contratos celebrados (as) pela Administração Pública;

**Considerando** que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal formalmente designados durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

**RESOLVE**

**Art. 1º**- Designar, em consonância com o estabelecido no artigo art. 104, inciso III e art. 117 da Lei nº 14.133/21, os servidores adiante identificados, sem prejuízo das atribuições anteriores, para exercerem as funções de gestor e fiscal, com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução, bem como conferir os referidos serviços e atestar formalmente nos autos do(s) processo(s), a(s) nota(s) fiscal(ais) e demais documentos relativos às despesas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação no que for relacionado a gestão e fiscalização do seguinte contrato:

Nº	Contratada
088/2025	ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ)

Matrícula	Servidor
2200804-1	RICARDO SILVA DE FREITAS – GESTOR – GESTOR.
2205382	VANDERLEY MARTINS MEIRA JÚNIOR– FISCAL.

**Art.2º** - Estabelecer que, caberá ao Fiscal do Contrato verificar a efetiva prestação dos serviços, atestar em Nota Fiscal/Fatura e elaborar os respectivos relatórios de fiscalização, bem como caberá ao gestor do contrato realizar a fiscalização administrativa do respectivo instrumento.

**Art.3º** - Esta portaria entra em vigor a partir de 08 de outubro de 2025.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Isadora K. de Araújo Rodrigues  
Secretária de Educação  
Portaria: 0749/2025-GP  
CPF: 054.622.363-01

**ISADORA KAMILA DE ARAÚJO RODRIGUES**  
Secretária Municipal de Educação  
Portaria nº 0749/2025-GP

Publique-se através do Diário Oficial Eletrônico do Município, de acordo com o art. 90 da Lei Orgânica do Município (LOM), c/c art. 5º da Lei Municipal nº 1821/2012 e art. 30, da Lei Municipal nº 1892/2013.



Considerando a Lei nº 14133/2021, no seu art. 104, inciso III e art. 117, que prevê a necessidade de representante da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento dos contratos celebrados pela Administração Pública;

Considerando que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal, formalmente designados durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

### RESOLVE

Art. 1º - Designar, em consonância com o estabelecido no art. 104, inciso III e art. 117 da Lei nº 14133/2021, os servidores adiante identificados, sem prejuízo das atribuições anteriores, para exercerem as funções de **gestor e fiscal**, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução, bem como receber o referido serviço e documentos relativos às despesas realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, no que for relacionado ao **Contrato nº 042/2025** que tem por objeto: prestação de serviços na confecção de material gráfico para atender as necessidades administrativas, informativas e institucionais da Secretaria Municipal de Saúde.

Servidores	CPF	GESTOR/FISCAL
Alexsandro da Costa Lira	966.812.683-15	GESTOR
Tania Helena de Sousa Silva Azevedo	038.083.593-23	FISCAL

Art.2º - Estabelecer que, caberá ao Fiscal do Contrato verificar a efetiva execução dos serviços e Atestar em Nota Fiscal, bem como ao Gestor do Contrato realizar a fiscalização administrativa do respectivo instrumento.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo ao dia 01/10/2025.

### SEMFOG

#### TERMO DE RESGATE DE AFORAMENTO

O MUNICÍPIO DE TIMON, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, representado neste ato pelo Sr. Secretário Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão Orçamentária, **AÉCIO FRANCISCO SANTOS BORGES** através da **PORTARIA Nº 075/2025-GP DE 17 DE JANEIRO DE 2025**, publicado no Diário oficial do Município em 02.01.2025 de um lado, e, de outro **FLAG CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, Titular do Domínio Útil, Pessoa Física, inscrito no CNPJ: 30.937.283/0001-63, celebram entre si o presente **TERMO DE RESGATE DE AFORAMENTO**, de acordo com o **Processo Administrativo Nº 5629/2025** e consoante as cláusulas a seguir explicitadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O ajuste, ora feito, decorre do reconhecimento das partes da ocorrência dos requisitos necessários ao resgate de aforamento incidente sobre um terreno foreiro municipal constituído no Cartório do 1º Ofício Extrajudicial da Comarca de Timon cuja **CERTIDÃO INTEIRO TEOR** apresenta: Matrícula: 29678.2.0064176-49 Data: 21/12/2021.

**Imóvel:** Um terreno situado na quadra 45, lote 01-A, bairro Planalto Boa Esperança, nesta cidade, com os seguintes limites e confrontações: ao norte (lateral esquerda): 24 metros com o lote 01-B; ao sul (lateral direita): 24 metros com o lote 20-B; ao leste (frente): 06 metros com a Rua 15; e ao oeste (fundo): 06 metros com o lote 19. Área total de 144,00m² e perímetro de 60,00metros.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O valor firmado, para efeito de resgate do aforamento do imóvel citado, é equivalente a 3% (três por cento) sobre valor de mercado do terreno, o qual corresponde a dez foros e um laudêmio, de acordo com a sistemática de cobrança da Divisão de ITBI/laudêmio, estes devidamente pagos conforme Código do Documento /Crédito Nº41639409.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Fica reconhecido pelas partes que o imóvel descrito na Cláusula Primeira se encontra em terreno foreiro tendo sido o foro remido por conta do resgate do aforamento, conforme dispõe o art. 693 do Código Civil de 1916 c/c. o art. 2038 do Novo Código Civil, Decreto Nº 060/2017 GP e art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**CLÁUSULA QUARTA:** Fica autorizado o Cartório de Registro e Imóveis competente a lavrar a escritura de resgate de aforamento e/ou averbar nos seus registros o referido resgate de aforamento e, consequentemente, liberação do aforamento por cancelamento, nos termos do art. 167, II, "2", da lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, bem como praticar qualquer ato para o bom e fiel cumprimento da vontade das partes neste Termo. E, por estarem as partes de pleno acordo em tudo que aqui se encontra disposto, assinam o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, destinando-se uma via para cada uma das partes. **GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**, Timon – MA, em 20 de Outubro de 2025.

Publique-se. Cumpra-se.

**AÉCIO FRANCISCO SANTOS BORGES**

Secretário Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão Orçamentária

**PORTARIA Nº 075/2025-GP**

ATI
PORTARIA Nº 023/2025 – ATI

*Altera a Portaria nº 15/2025 – ATI que dispõe sobre a designação de Servidores para exercerem a função de gestor e fiscal do Contrato de inexigibilidade nº 01/2025 da Agência de Tecnologia, Ciência e Inovação.*

O **PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE TECNOLOGIA, CIÊNCIA E INOVAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1492 de 1º de dezembro de 2013, com as alterações da Lei Complementar nº 064, de 17 de janeiro de 2025;

Considerando a Lei nº 14.133/21, no seu art. 104, inciso III e art. 117, que prevê a necessidade de representante da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das contratações/contratos celebrados (as) pela Administração Pública;

Considerando que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal formalmente designados durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

Considerando a necessidade de promover a substituição da gestora designado para o acompanhamento e fiscalização do Contrato nº 01/2025 – ATI.

### RESOLVE

Art. 1º - Alterar a Portaria nº 15/2025 – ATI de 04 de agosto de 2025 que designou a servidora Raiana Maria Soares Sousa, matrícula 248594-1, como gestora do Contrato nº 01/2025 – ATI, substituindo-a pelo servidor Antônio José Moura Texeira, CPF: 017.875.573-75.

Art. 2º - Designar em consonância com o estabelecido no artigo art. 104, inciso III e art. 117 da Lei nº 14.133/21, os servidores adiante identificados, sem prejuízo das atribuições anteriores, para exercerem as funções de gestor e fiscal, com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução, bem como receber o referido material e atestar formalmente nos autos do(s) processo(s), a(s) nota(s) fiscal(ais) e demais documentos relativos às despesas realizadas pela Agência de tecnologia, ciência e Inovação, no que for relacionado ao **Contrato nº 01 – LegalTech AI Company LTDA – 50.336.412/0001-75**

Servidor	CPF
ANTONIO JOSE MOURA TEXEIRA – Gestor	017.875.573-75
MELQUISEDEC NOBRE DE MELO – Fiscal	017.828.083-61

Art.3º - Estabelecer que, caberá ao Fiscal do Contrato verificar a efetiva prestação dos serviços, atestar em Nota Fiscal/Fatura e elaborar os respectivos relatórios de fiscalização, bem como caberá ao gestor do contrato realizar a fiscalização administrativa e realizar a liquidação do respectivo instrumento.

Art.4º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01 de setembro de 2025.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

### SEMED

**PORTARIA Nº 0730/2025 – GAB/SEMED TIMON-MA, 08 DE OUTUBRO DE 2025.**

*Dispõe sobre a designação de Servidores para exercerem a gestão e a fiscalização do Contrato nº 088/2025 da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.*

A **SECRETÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMON, ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1892, de 17 de dezembro de 2013, com as alterações da Lei Complementar nº 064, de 17 de janeiro de 2025;

Considerando a Lei nº 14.133/21, no seu art. 104, inciso III e art. 117, que prevê a necessidade de representante da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das contratações/contratos celebrados (as) pela Administração Pública;

Considerando que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal formalmente designados durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

### RESOLVE

Art. 1º- Designar, em consonância com o estabelecido no artigo art. art. 104, inciso III e art. 117 da Lei nº 14.133/21, os servidores adiante identificados, sem prejuízo das atribuições anteriores, para exercerem as funções de gestor e fiscal, com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução, bem como conferir os referidos serviços e atestar formalmente nos autos do(s) processo(s), a(s) nota(s) fiscal(ais) e demais documentos relativos às despesas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação no que for relacionado a gestão e fiscalização do seguinte contrato:

Contrato nº	Contratada
088/2025	ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ).

Matricula	Servidor
2200804-1	RICARDO SILVA DE FREITAS – GESTOR – GESTOR.
2205382	VANDERLEY MARTINS MEIRA JÚNIOR– FISCAL.





**Art.2º** - Estabelecer que, caberá ao Fiscal do Contrato verificar a efetiva prestação dos serviços, atestar em Nota Fiscal/Fatura e elaborar os respectivos relatórios de fiscalização, bem como caberá ao gestor do contrato realizar a fiscalização administrativa do respectivo instrumento.

**Art.3º** - Esta portaria entra em vigor a partir de 08 de outubro de 2025.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**PORTARIA Nº 0757/2025 – GAB/SEMED TIMON-MA, 16 DE OUTUBRO DE 2025.**

*Dispõe sobre a designação de Servidores para exercerem a gestão e a fiscalização do contrato abaixo relacionados oriundos da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.*

**A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMON, ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1892, de 17 de dezembro de 2013, com as alterações da Lei Complementar nº 064, de 17 de janeiro de 2025;

**Considerando** a Lei nº 14.133/21, no seu art. 104, inciso III e art. 117, que prevê a necessidade de representante da administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das contratações/contratos celebrados (as) pela Administração Pública;

**Considerando** que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

### **RESOLVE**

**Art. 1º**- Designar, em consonância com o estabelecido no artigo art. 104, inciso III e art. 117 da Lei nº 14.133/21, os servidores adiante identificados, sem prejuízo das atribuições anteriores, para exercerem as funções de gestor e fiscal, com finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução e conferir demais documentos relativos às despesas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação no que for relacionado aos **Contratos abaixo relacionados** firmado com a empresa a seguir:

Nº Contrato	Contratada
056-A/2025- SEMED 056/2025- FUNDEB	MORIAH EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.

Matrícula	Servidor
2200804-1	RICARDO SILVA DE FREITAS - GESTOR.
2205734	SARA FERNANDA RIBEIRO DE LUCENA – FISCAL ADMINISTRATIVA.

**Art.2º** - Estabelecer que, caberá ao Fiscal administrativo auxiliará o gestor do contrato no acompanhamento e fiscalização do contrato, ficando sob sua responsabilidade o registro de ocorrências e o acompanhamento da vigência do contrato, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, se necessário.

**Art.3º** - Esta portaria tem efeitos retroativos a 19 de setembro de 2025.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário a Portaria nº 0644/2025

### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**MUNICÍPIO DE TIMON-ESTADO DO MARANHÃO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04757/2025 – SEMED**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

**Ato:** A Secretária Municipal de Educação de Timon – MA, no uso de suas atribuições legais, resolve **HOMOLOGAR/ADJUDICAR** do resultado do processo licitatório de contratação direta que tem como objeto o Fornecimento de uniformes para o projeto dos Bombeiros Mirins Timon-MA, conforme detalhamento do Estudo Técnico Preliminar em favor da empresa **ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ)** inscrita no CNPJ Nº 51.635.096/0001-03, com o valor total de R\$ 57.800,00 (Cinquenta e sete mil e oitocentos reais). **Assinatura:** 06 de outubro de 2025.

### **EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO**

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**CONTRATO Nº 088/2025 – SEMED**

**Processo Administrativo Nº 04757/2025 – SEMED.**

**Interessado:** Município de Timon-MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação de Timon

**Fundamentação Legal:** Art. 75, II da Lei nº. 14.133/2021.

**Dispensa de Licitação nº 008/2025.**

**Objeto:** Fornecimento de uniformes para o projeto dos Bombeiros Mirins Timon-MA.

**Contratante:** Secretaria Municipal de Educação de Timon.

**Contratada:** **ANDREIA FRANCA DE PAULA (DUDA TUCA ATELIÊ)**, inscrita no CNPJ sob o nº 51.635.096/0001-03.

**Valor total:** de R\$ 57.800,00(Cinquenta e sete mil reais e oitocentos centavos).

**Dotação Orçamentária:**

**Fonte de Recurso:** PRÓPRIO – 500

**Funcional Programática:** 12.361.1014.2221.000 – Distribuição de material didático e fardamento fundamental.

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.32.00 – material, bem ou serviço de distribuição

**Data da assinatura:** 08/10/2025. **Vigência do Contrato:** até 31/12/2025.

### **MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**Contrato nº 042/2025**

**Processo Administrativo nº 2002/2025 – FMS/SEMS**

**Fundamento:** Adesão a Ata de Registro de Preço-SRP nº 010/2025, por meio Pregão Eletrônico nº 010/2025, do município de Buriti dos Lopes-PI. Lei 14.133/2021. Decreto 055/2016 e Decreto Municipal nº 547/2024.

**Objeto:** Prestação de serviços na confecção de material gráfico para atender as necessidades administrativas, informativas e institucionais da Secretaria Municipal de Saúde.

**Contratante:** Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 11.410.879/0001-66.

**Contratado:** DIVULG GRÁFICA E EMBALAGENS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.635.666/0001-70.

**Valor Estimado:** R\$ 1.503.620,00 (um milhão quinhentos e três mil seiscentos e vinte reais).

**Contrato Assinado em:** 01/10/2025

### **EXTRATO DE TERMO DE CONVALIDAÇÃO**

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**ATO:** A Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no uso de suas atribuições legais, e, **Considerando** que constatamos ausência de publicação dos atos abaixo relacionados; **Considerando** que o fato não gera qualquer lesão ao interesse público ou de terceiros, uma vez que os respectivos procedimentos transcorreram na forma da lei; **Considerando** o poder-dever da Educação de convalidar os atos que não possuam vícios insanáveis, como os de objeto, motivo e finalidade, nem mesmo prejuízo aos direitos de terceiros, conforme determina o art. 55 da Lei nº. 9.784/99 – Lei de Processo Administrativo da União, que autoriza a convalidação, pela própria Educação, de atos em que se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, nos quais sejam constatados apenas defeitos sanáveis, aplicável ao caso em referência: Fica **convalidado** o ato relativo à publicação do extrato de aditivo de contrato abaixo relacionado, devendo ocorrer as suas respectivas publicações, convalidação esta respaldada nos princípios da Administração Pública e na Lei Federal nº. 9.784/99. Timon/MA 20 de outubro de 2025.

### **EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO**

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**Terceiro Aditivo ao Contrato nº 043/2024.**

**Processo Administrativo nº 04223/2025.**

**Pregão Eletrônico nº 048/2023.**

**Fundamentação:** Lei nº 8.666/93

**Ato:** O presente Aditivo destina-se à Reajuste de valor do Contrato nº 043/2024.

**Objeto:** Formalização do 3º Termo Aditivo de Reajuste de valor ao Contrato nº 43/2024, oriundo do Pregão Eletrônico nº 048/2023, que tem por objeto a prestação de serviços manutenção em aparelhos de ar-condicionado tipo split, geladeira, freezer e bebedouro para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, conforme cláusula contratual específica e nos termos da Lei nº 8.666/1993.

**Contratante:** Secretaria Municipal de Educação, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB

**Contratada:** HIPERFRIO MAGALHÃES LTDA, CNPJ Nº 23.724.465/0001-90.

**Data de Assinatura:** 13 de agosto de 2025.

### **MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**ATO:** A Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no uso de suas atribuições legais, e, **Considerando** que constatamos ausência de publicação dos atos abaixo relacionados; **Considerando** que o fato não gera qualquer lesão ao interesse público ou de terceiros, uma vez que os respectivos procedimentos transcorreram na forma da lei; **Considerando** o poder-dever da Educação de convalidar os atos que não possuam vícios insanáveis, como os de objeto, motivo e finalidade, nem mesmo prejuízo aos direitos de terceiros, conforme determina o art. 55 da Lei nº. 9.784/99 – Lei de Processo Administrativo da União, que autoriza a convalidação, pela própria Educação, de atos em que se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, nos quais sejam constatados apenas defeitos sanáveis, aplicável ao caso em referência: Fica **convalidado** o ato relativo à publicação do extrato de aditivo de contrato abaixo relacionado, devendo ocorrer as suas respectivas publicações, convalidação esta respaldada nos princípios da Administração Pública e na Lei Federal nº. 9.784/99. Timon/MA 20 de outubro de 2025.

### **EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO**

**MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO**

**Primeiro Aditivo ao Contrato nº 078/2024.**

**Processo Administrativo nº 03040/2025.**

**Pregão Eletrônico nº 005/2023/SEAD.**

**Fundamentação:** Lei nº 8.666/93

**Ato:** O presente Aditivo destina-se à Reajuste de valor (25%) e de prazo do Contrato nº 078/2024 por mais 12 (doze) meses.



Praça São José, s/n, Centro / CEP: 65.636-160 CNPJ: 06.115.307/0001-14 – Timon - MA.

O Município de Timon/MA dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: [www.timon.ma.gov.br/diario-oficial/](http://www.timon.ma.gov.br/diario-oficial/)



Edital

# Ato que autoriza a Contratação Direta nº 008/SEMED/2025

Última atualização 27/10/2025

Local: Timon/MA Órgão: MUNICIPIO DE TIMON

Unidade compradora: 102 - Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Modalidade da contratação: Dispensa Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta Modo de disputa: Não se aplica Registro de preço: Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 27/10/2025 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 06115307000114-1-000199/2025 Fonte: ECustomize Consultoria em Software S.A

## Objeto:

Contratacao de empresa para fornecimento de uniformes para o Projeto Bombeiros Mirins de Timon - MA , conforme detalhamento no Termo de Referencia.

## VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 57.800,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
14418	Fornecimento de uniformes para o Projeto Bombeiros Mirins de Timon - MA .	1	R\$ 57.800,00	R\$ 57.800,00

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1

< >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.



A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001


#### AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



---

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



 > Contratos

# Contrato nº 088/SEMED/2025

Última atualização 27/10/2025

**Local:** Timon/MA **Órgão:** MUNICIPIO DE TIMON **Unidade executora:** 102 - Secretaria Municipal de Educação - SEMED

**Tipo:** Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 04757/SEMED

**Categoria do processo:** Serviços

**Data de divulgação no PNCP:** 27/10/2025 **Data de assinatura:** 08/10/2025 **Vigência:** de 08/10/2025 a 31/12/2025

**Id contrato PNCP:** 06115307000114-2-000292/2025 **Fonte:** ECustomize Consultoria em Software S.A

**Id contratação PNCP:** 06115307000114-1-000199/2025

## Objeto:

Contratação de empresa para fornecimento de uniformes para o "Projeto Bombeiros Mirins de Timon - MA", conforme detalhamento no Termo de Referência.

## VALOR CONTRATADO

R\$ 57.800,00

## FORNECEDOR:

**Tipo:** Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 51.635.096/0001-03 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

**Nome/Razão social:** 51.635.096 Andreia Franca de Paula

Arquivos Histórico

Nome ↕	Data ↕	Tipo ↕
10. CONTRATO No 088.2025 - SEMED.pdf	27/10/2025	Outros Documentos

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1

< >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novel diploma.


É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.



A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.cestao.gov.br>

 0800 978 9001

#### AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



---

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



## ✕ Procedimento Contratação

### Informação aceita

CNPJ	02422952000129
Procedimento	
Id	DP82025SEMED
Procedimento	
ID da	
Contratação	06115307000114-1-000199/2025
Pncp	
Número do	8
Procedimento	
Ano do	2025
Procedimento	
Tipo de	DP
Procedimento	
Número do	4757
Processo	
Ano do	2025
Processo	
Data	
Publicação	20/10/2025
Fundamentação	14133/2021
Critério	20
Finalidade	4
Regime	5
Execução	
Objeto	Contratação de empresa para fornecimento de uniformes para o 'Projeto Bombeiros I Timon - MA', conforme Metalhamento no Termo de Referência.
CPF da	
Autoridade	05462236301
Data Sessão	20/10/2025
Valor Estimado	57800

[FECHAR](#)



A >

X Contrato

Informação aceita

CNPJ Contratante	02422952000129
Id Contrato	DP882025SEMED
Id Contrato Pncp	06115307000114-2-000292/2025
Cnpj Procedimento	02422952000129
Id Procedimento	DP82025SEMED
Número Contrato	88
Ano Contrato	2025
Contratado	51635096000103
Número Processo	4757
Ano Processo	2025
Objeto	Contratação de empresa para fornecimento de uniformes para o 'Projeto Bombeiros Mirins de Timon - MA', conforme Metalhamento no Termo de Referência.
Data Assinatura	08/10/2025
Data Publicação	20/10/2025
Data Início	08/10/2025
Data Fim	31/12/2025
CPF Autoridade	05462236301
Estrangeiro	N
Valor	57800
Cópia do Contrato	DOWNLOAD

FECHAR